

# Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas

---

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 29/03/2019

(“AGOE”)

14 DE FEVEREIRO DE 2019

ATUALIZADO EM 8 DE MARÇO DE 2019 E

26 DE MARÇO DE 2019

## ÍNDICE

1. Informações sobre a AGOE .....	4
2. Informações sobre as matérias que compõem a Ordem do Dia da AGOE .....	4
2.1. Da Assembleia Geral Ordinária (“ <u>AGO</u> ”)	
2.1.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.	4
2.1.2. Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros .....	5
2.1.3. Fixar a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2019 .....	5
2.2. Da Assembleia Geral Extraordinária (“ <u>AGE</u> ”)	
2.2.1. Deliberar sobre a ratificação da nomeação dos membros do Conselho de Administração nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia, em atenção ao disposto no Artigo 12, §10º do Estatuto Social da Companhia.....	6
2.2.2. Deliberar sobre a eleição de membros suplentes para o Conselho de Administração para recompor os cargos.....	7
2.2.3. Deliberar sobre a proposta de grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, e autorizar os Administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à operacionalização e efetivação do grupamento das ações de emissão da Companhia, bem como a respectiva alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia .....	8
2.2.4. Deliberar sobre a proposta de aumento do capital autorizado da Companhia, bem como a respectiva alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia .....	9
2.2.5. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 22/03/2018, bem como sua consolidação .....	10
2.2.6. Deliberar sobre a proposta de alteração do artigo 12, parágrafo 10 do Estatuto Social da Companhia, o qual versa sobre a eleição de membro do Conselho de Administração para cargo vago, bem como sua consolidação.....	11
3. Orientações Gerais.....	12
4. Representação por procuração.....	13
<b>Anexo I</b> – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia com as informações do item 10 do Formulário de Referência da Companhia .....	15
<b>Anexo II</b> – Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia, relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia.....	59
<b>Anexo III</b> – Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, relativas à proposta de remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva Estatutária e Conselho Fiscal da Companhia.....	65
<b>Anexo IV</b> – Estatuto Social consolidado da Companhia.....	92

<b>Anexo V – Parecer do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.....</b>	<b>101</b>
<b>Anexo VI – Modelo de Procuração.....</b>	<b>103</b>

## **1. INFORMAÇÕES SOBRE A AGOE**

**DATA: 29 de março de 2019**

**HORA: 13 horas**

**LOCAL: Sede Social da Companhia**

Via do Cobre, nº. 3700

Área Industrial Oeste

Dias D'Ávila, Bahia

CEP 42850-000

## **2. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS QUE COMPÕEM A ORDEM DO DIA DA AGOE**

### **2.1. DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (“AGO”)**

**2.1.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.**

Nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), e do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/2009”), a Companhia disponibilizou, na presente data, em seu website (<https://ri.paranapanema.com.br>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), os seguintes documentos:

- (i) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 2018;
- (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras (com as notas explicativas) acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes;
- (iii) Formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria;
- (vi) Boletim de Voto à Distância; e
- (vii) Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, com as informações do item 10 do Formulário de Referência da Companhia.

Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, serão publicados no jornal Diário Oficial do Estado da Bahia (DOEBA) e no jornal Folha de São Paulo – Edição Nacional, os avisos referentes à disponibilização da documentação. As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 serão publicadas nos termos do parágrafo 3º, do artigo 133, da Lei das Sociedades por Ações, de 15 de dezembro de 1976, nos jornais anteriormente referidos.

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2018 da Companhia foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes previamente ao parecer favorável do Comitê de Auditoria em 11 de fevereiro de 2019 (“Anexo V”), à aprovação do Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2019 e à emissão da opinião do Conselho Fiscal também em 13 de fevereiro de 2019 (“Anexo V”), tendo sido, portanto, consideradas em condições de serem submetidas à deliberação dos acionistas da Companhia.

Ante a apuração de prejuízo no exercício de 2018, a Companhia está dispensada, conforme Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2018, da apresentação do Anexo 9-1-II, que trata da destinação de lucro líquido, nos termos do Artigo 9º, Parágrafo Único, inciso II, da ICVM 481/2009.

Assim, todas as informações e documentos necessários à deliberação do primeiro tópico da pauta da AGO foram devidamente disponibilizados aos acionistas da Companhia, em conformidade com a legislação em vigor.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência encontram-se no Anexo I a este manual.

### **2.1.2. Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros.**

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo suas regras previstas no Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia.

Referido órgão deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

O acionista que desejar indicar candidato para o Conselho Fiscal poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as regras e condições de eleição, cumprindo os dispositivos da ICVM 481/2009.

Para inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto à Distância, os acionistas deverão notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, até o dia 05/03/2019<sup>1</sup>, bem como ser detentor de ações que representem, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) do capital social da Companhia, nos termos da ICVM 481/2009.

O acionista ou o grupo de acionistas poderá também indicar candidatos ao Conselho Fiscal e respectivos suplentes na AGO, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da ICVM 481/2009.

Até a presente data, a Companhia recebeu a indicação dos seguintes candidatos para compor o Conselho Fiscal:

	<b>Candidato Titular</b>	<b>Candidato Suplente</b>
<b>1</b>	HAROLDO DO ROSÁRIO VIEIRA	CARLOS EMÍLIO FLESCH
<b>2</b>	MARCELO ADILSON TAVARONE TORRESI	MARCOS REINALDO SEVERINO PETERS
<b>3</b>	ALEXANDRE XAVIER YWATA DE CARVALHO	MARCOS BRASILIANO ROSA

As informações a respeito de cada um dos candidatos, conforme estabelecido pelo artigo 10 da ICVM 481/2009, encontram-se no Anexo II a este manual.

### **2.1.3. Fixar a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2019.**

Conforme previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, a fixação da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva Estatutária ("Administradores"), e do Conselho Fiscal, é de competência da Assembleia Geral.

---

<sup>1</sup> 25 dias antes da AGOE

O artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, em seu parágrafo primeiro, determina que esta definição deve ser feita na forma global, incluindo benefícios de qualquer natureza e verba de representação, cabendo ao Conselho de Administração distribuir a remuneração dentre os Administradores da Companhia, tendo em conta as suas responsabilidades, o tempo dedicado às funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Adicionalmente, os Administradores e os membros do Conselho Fiscal serão reembolsados por despesas incorridas em viagens e deslocamentos para as reuniões mensais de referidos órgãos, sendo certo que referidas despesas reembolsáveis terão o mesmo tratamento, limites e critérios observados pelos colaboradores da Companhia, conforme política vigente.

A proposta de remuneração dos Administradores para o exercício de 2019 (Janeiro/2019 a Dezembro/2019) totaliza **R\$20.220.592,00** (vinte milhões, duzentos e vinte mil e quinhentos e noventa e dois reais) e a proposta de remuneração do Conselho Fiscal para o exercício de 2019 (Janeiro/2019 a Dezembro/2019) totaliza **R\$555.336,00** (quinhentos e cinquenta e cinco mil e trezentos e trinta e seis reais).

Para o exercício de 2018, referidos valores totalizavam, para os Administradores, o montante de **R\$16.525.314,00** (dezesseis milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e trezentos e quatorze reais), e para o Conselho Fiscal o montante de **R\$894.888,00** (oitocentos e noventa e quatro mil e oitocentos e oitenta e oito reais), sendo certo que, destes montantes, foi reconhecida a provisão no resultado do exercício de 2018 de **R\$14.302.645,00** (quatorze milhões, trezentos e dois mil e seiscentos e quarenta e cinco reais)<sup>2</sup> para os Administradores, e **R\$573.723,00** (quinhentos e setenta e três mil e setecentos e vinte e três reais) para o Conselho Fiscal. As principais variações em relação à proposta de 2018 e o realizado para o mesmo período foram: (i) a proposta da administração apresentada para o exercício de 2018 apreciada pela assembleia geral considerava uma composição de 5 (cinco) membros para o Conselho Fiscal, contudo, houve a aprovação de composição de 3 (três) membros; (ii) para os Administradores, um dos membros renunciou à sua remuneração ao longo de 2018; e (iii) não pagamento integral da remuneração variável à Diretoria Executiva Estatutária atrelada ao atingimento de determinadas métricas estabelecidas.

As informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481/2009, encontram-se no Anexo III a este manual.

## **2.2. DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (“AGE”)**

### **2.2.1. Deliberar sobre a ratificação da nomeação dos membros do Conselho de Administração nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia, em atenção ao disposto no Artigo 12, §10º do Estatuto Social da Companhia.**

Por ocasião da renúncia apresentada em 28/12/2018 pelo Sr. Luiz Carlos Siqueira Aguiar, e a renúncia apresentada por sua suplente, a Sra. Maria Aparecida Metanias Hallack, em 13/02/2019, o Conselho nomeou para ocupar o cargo vago o Sr. Luís Tarquínio Sardinha Ferro, em 13/02/2019.

Por ocasião da renúncia apresentada em 31/01/2019 pelo Sr. Nicolaos Paraskevas, e de seu suplente, Sr. Felipe Fidalgo Espasandin, o Conselho de Administração elegeu para ocupar referida posição o Sr. Marc Bedard, nomeado em 31/01/2019.

---

<sup>2</sup> Valores provisionados.

Cumprir destacar que o Sr. Marc Bedard faz parte do corpo diretivo do grupo Glencore, que potencialmente pode ser considerado concorrente no mercado da Companhia e, assim, requer-se, nos termos do §3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, dispensa específica para sua eleição.

Nos termos do Artigo 12, § 10º do Estatuto Social da Companhia, “no caso de vacância de membro efetivo do Conselho de Administração e do respectivo suplente, o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes para servir até a primeira Assembleia Geral que se seguir, respeitando-se, sempre, o disposto no Parágrafo Segundo”.

Desta forma, conforme determinado pelo Estatuto Social da Companhia, propõe-se a ratificação das nomeações dos Srs. Luís Tarquínio Sardinha Ferro e Marc Bedard. As informações complementares de referidos membros encontram-se descritas no Anexo II deste manual.

### **2.2.2. Deliberar sobre a eleição do membros suplentes para o Conselho de Administração para recompor os cargos vagos.**

Por ocasião (i) da renúncia apresentada pelo Sr. João José Oliveira de Araujo, em 27/09/2018, que culminou com a assunção do cargo de titular pelo seu então suplente, o Sr. José Eduardo Lamaneres Wendler; (ii) da renúncia apresentada pelo Sr. Felipe Fidalgo Espasandin, em 31/01/2019; e (iii) da renúncia apresentada pela Sra. Maria Aparecida Metanias Hallack, em 13/02/2019, propõe-se à AGE indicar candidatos para os respectivos cargos de membro suplente que ficaram vagos, conforme abaixo indicado:

	<b>Titular</b>	<b>Suplente</b>
<b>1</b>	Silvani Alves Pereira	Oswaldo Bruno Brasil Cavalcante
<b>2</b>	Paulo José Galli	Luís Antônio Tauffer Padilha
<b>3</b>	José Eduardo Lamaneres Wendler	VAGO
<b>4</b>	Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno	Endrigo de Pieri Perfetti
<b>5</b>	Augusto Brauna Pinheiro	Rubens Cardoso da Silva
<b>6</b>	Marc Bedard	VAGO
<b>7</b>	Luiz Tarquínio Sardinha Ferro	VAGO

O acionista que desejar indicar candidato a membro suplente para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as regras e condições de eleição, cumprindo os dispositivos da ICVM 481/2009.

Para inclusão de candidatos a membro suplente ao Conselho de Administração no Boletim de Voto à Distância, os acionistas deverão notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, até o dia 05/03/2019<sup>3</sup>, bem como ser detentor de ações que representem, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) do capital social da Companhia, nos termos da ICVM 481/2009.

O acionista ou o grupo de acionistas poderá também indicar candidatos a membro suplente ao Conselho de Administração na AGE, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da ICVM 481/2009.

Até a presente data, a Companhia recebeu as seguintes indicações para os cargos de membros suplentes:

---

<sup>3</sup> Até 25 dias da AGOE

	<b>Titular</b>	<b>Candidato Suplente</b>
<b>1</b>	Marc Bedard	FELIPE FIDALGO ESPASANDIN
<b>2</b>	Luiz Tarquínio Sardinha Ferro	MARIA APARECIDA METANIAS HALLACK

Cumpra-se destacar que o Sr. Felipe Fidalgo Espasandin é empregado do grupo Glencore, que potencialmente pode ser considerado concorrente no mercado da Companhia e, assim, requer-se, nos termos do §3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, dispensa específica para sua eleição.

As informações a respeito de cada um dos candidatos, conforme estabelecido pelo artigo 10 da ICVM 481/2009, encontram-se no Anexo II a este manual.

**2.2.3. Deliberar sobre a proposta de grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, e autorizar os Administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à operacionalização e efetivação do grupamento das ações de emissão da Companhia, bem como a respectiva alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.**

A Administração propõe que seja aprovado o grupamento da totalidade das 692.370.186 (seiscentos e noventa e dois milhões, trezentos e setenta mil e cento e oitenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 17 (dezessete) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária, sem modificação do valor do capital social, nos termos do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações.

O grupamento das ações proposto terá por objetivo reduzir a volatilidade das ações de emissão da Companhia e conferir melhor patamar para a cotação das suas ações, evitando que oscilações irrisórias representem percentuais elevados, em linha com as normas e orientações da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, a aprovação do grupamento não resultará na modificação do valor total do capital social ou nos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia aos seus titulares, nos termos do artigo 12, da Lei das Sociedades por Ações, e sem alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia.

Caso aprovado o grupamento pela AGE, o capital social da Companhia permanecerá no montante de R\$1.990.707.732,56 (um bilhão, novecentos e noventa milhões, setecentos e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), passando a ser dividido em 40.727.658 (quarenta milhões, setecentos e vinte e sete mil e seiscentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia.

Aprovado o grupamento, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias, contados do Aviso aos Acionistas, a ser publicado após a realização da AGE para que os acionistas possam ajustar suas posições acionárias, por espécie, em lotes múltiplos de 17 (dezessete) ações, mediante negociação na B3. Transcorrido tal prazo, as eventuais frações de ações restantes serão aglutinadas em lotes inteiros e irão a leilão na B3.

Informações adicionais sobre os prazos e condições para o ajuste das posições e o leilão das frações, bem como sobre a data a partir da qual as ações passarão a ser negociadas na forma agrupada, serão divulgadas oportunamente.

Propõe-se que sejam autorizados os Administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à operacionalização e efetivação do grupamento das ações de emissão da Companhia na forma constante da presente proposta.

Com a aprovação de referida proposta, o Estatuto Social sofrerá as modificações abaixo indicadas:



Redação Atual	Proposta	Justificativa
<b>Artigo 5º</b> - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$1.990.707.732,56 (um bilhão, novecentos e noventa milhões, setecentos e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 692.370.186 (seiscentos e noventa e dois milhões, trezentos e setenta mil e cento e oitenta e seis) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.	<b>Artigo 5º</b> - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$1.990.707.732,56 (um bilhão, novecentos e noventa milhões, setecentos e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), dividido em <u>40.727.658 (quarenta milhões, setecentos e vinte e sete mil e seiscentas e cinquenta e oito) 692.370.186</u> <del>(seiscentos e noventa e dois milhões, trezentos e setenta mil e cento e oitenta e seis)</del> ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Para refletir o grupamento, se aprovado, já considerando o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 22/03/2018.

#### 2.2.4. Deliberar sobre a proposta de aumento do capital autorizado da Companhia, bem como a respectiva alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Atualmente, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independente de decisão em assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais).

O capital emitido e subscrito da Companhia até a presente data é de R\$1.990.707.732,56 (um bilhão, novecentos e noventa milhões, setecentos e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), já considerando o aumento aprovado pelo Conselho de Administração em 22/03/2018, e ainda há o valor de R\$104.645.328,00 (cento e quatro milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil e trezentos e vinte e oito reais) a ser subscrito e integralizado, referente à conversão de debêntures (mandatoriamente conversíveis) da Companhia, que poderá ocorrer até 2021.

Tendo em vista referidos valores, haveria um valor disponível de R\$404.646.939,44 (quatrocentos e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos) para aumento de capital dentro do limite estabelecido no Estatuto Social.

Visando à manutenção do limite, propõe-se que o capital autorizado da Companhia passe a ser de R\$3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), com a consequente alteração do Estatuto Social nos termos abaixo:

Redação Atual	Proposta	Justificativa
<b>Artigo 5º</b>  <b>Parágrafo Quarto</b> – A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, no limite de até	<b>Artigo 5º</b>  <b>Parágrafo Quarto</b> – A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$ <u>3.500.000.000,00</u> <del>(dois—três</del> bilhões e quinhentos milhões de	Para refletir a proposta de aumento do capital autorizado, se aprovado.

R\$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, dentre as hipóteses permitidas em lei.	reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, dentre as hipóteses permitidas em lei.	
---	---	--

### 2.2.5. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 22/03/2018, bem como sua consolidação.

Em 22/03/2018, o Conselho de Administração aprovou, nos termos do artigo 166, inciso III da Lei de Sociedades por Ação, conforme alterada, a homologação do aumento de capital da Companhia em decorrência da conversão solicitada pelo CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S.A. de 5.956.455 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e seis mil e quatrocentas e cinquenta e cinco) debêntures da primeira série em ações ordinárias da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, sem Garantia Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação (“Escritura”), emitidas pela Companhia em 22 de setembro de 2017 (“Conversão”). A Conversão ocorreu em 06 de março de 2018, ao Preço de Conversão de R\$1,733333 (conforme definido na Escritura) e resultou na emissão de 3.436.417 (três milhões, quatrocentas e trinta e seis mil e quatrocentas e dezessete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$1.984.751.277,56 (um bilhão, novecentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 688.933.769 (seiscentos e oitenta e oito milhões, novecentas e trinta e três mil, setecentas e sessenta e nove) ações, para R\$1.990.707.732,56 (um bilhão, novecentos e noventa milhões, setecentos e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 692.370.186 (seiscentos e noventa e dois milhões, trezentos e setenta mil e cento e oitenta e seis) ações, todas subscritas e integralizadas.

A fim de refletir o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 22/03/2018, propõe-se a seguinte alteração do Estatuto Social da Companhia:

Redação Atual	Proposta	Justificativa
<b>Artigo 5º</b> - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$1.984.751.277,56 (um bilhão, novecentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 688.933.769 (seiscentos e oitenta e oito milhões, novecentas e trinta e três mil, setecentas e sessenta e nove) ações, todas	<b>Artigo 5º</b> - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de <u>R\$1.990.707.732,56 (um bilhão, novecentos e noventa milhões, setecentos e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos)</u> <del>R\$1.984.751.277,56 (um bilhão, novecentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)</del> , dividido em <u>692.370.186 (seiscentos e noventa e dois milhões, trezentos e setenta mil e cento e oitenta e</u>	Para refletir aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 22/03/2018.

ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.	<del>seis)688.933.769 (seiscentos e oitenta e oito milhões, novecentas e trinta e três mil, setecentas e sessenta e nove)</del> ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.
---	--

**2.2.6. Deliberar sobre a proposta de alteração do artigo 12, parágrafo 10 do Estatuto Social da Companhia, o qual versa sobre a eleição de membro do Conselho de Administração para cargo vago, bem como sua consolidação.**

Visando uma melhor adequação do texto do Estatuto Social da Companhia, em relação à eleição de membro titular e suplente para cargo vago no Conselho de Administração, a Administração propõe a seguinte alteração:

Redação Atual	Proposta	Justificativa
<p><b>Artigo 12º</b></p> <p><b>Parágrafo Décimo</b> - No caso de vacância de membro efetivo do Conselho de Administração e do respectivo suplente, o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes para servir até a primeira Assembleia Geral que se seguir, respeitando-se, sempre, o disposto no Parágrafo Segundo deste Artigo.</p>	<p><b>Artigo 12º</b></p> <p><b>Parágrafo Décimo</b> - <u>O membro suplente não assumirá automaticamente o cargo em caso de vacância do titular.</u> No caso de vacância de membro <del>efetivo-titular</del> do Conselho de Administração, <u>ainda que haja o respectivo suplente, e do respectivo suplente,</u> o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes para servir <del>até: (i) se for o suplente, até o fim do seu respectivo mandato; (ii) se não for o suplente, até</del> a primeira Assembleia Geral que se seguir. <del>respeitando-se, sempre, o</del> disposto no Parágrafo Segundo deste Artigo <u>será respeitado em qualquer hipótese.</u> No caso de <u>vacância de membro suplente do Conselho de Administração, ainda que haja o respectivo titular, o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros, para servir até a primeira Assembleia Geral que se seguir.</u></p>	<p>Para ajustar parágrafo para alinhar o dispositivo à Lei das Sociedades por Ações.</p>

A consolidação do Estatuto Social com as alterações propostas nos itens 2.2.3, 2.2.4, 2.2.5 e 2.2.6 constam do Anexo IV a este manual.

**3. ORIENTAÇÕES GERAIS**

Poderão participar da AGOE todos os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia no dia da realização da AGOE, por si ou por representantes legais.

- **Documentação**

Como condição para participação na AGOE, os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos:

Pessoa Física

- a) cópia de documento de identificação com foto recente e validade nacional;
- b) comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGOE.

Pessoa Jurídica

- a) cópia do último estatuto social/contrato social consolidado e suas respectivas alterações;
- b) documentos comprobatórios de representação, com os devidos arquivamentos nos órgãos competentes, incluindo o instrumento de mandato, se aplicável;
- c) comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGOE.

Fundos de Investimento

- a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na AGOE;
- b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à AGOE ou a quem tenha outorgado a procuração; e
- c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os documentos listados no item acima ("Pessoa Jurídica").

Não será necessário apresentar notariação e consularização da documentação que comprova os poderes de representação.

Os **originais ou cópias autenticadas** dos documentos acima citados deverão ser entregues no local de realização da assembleia até o início da AGOE ou encaminhados à Companhia até 48 horas antes do início da AGOE, por e-mail ou correspondência para um dos seguintes endereços:

A/C Departamento de Relações com Investidores  
e-mail : [ri@paranapanema.com.br](mailto:ri@paranapanema.com.br)

Para a Sede Social da Companhia

Via do Cobre, 3700, Área Industrial Oeste - Dias D'Ávila – BA – Brasil, CEP 42850-000  
A/C Hélio Mota Pimentel, Departamento de Relações com Investidores

Para a Sede Fiscal da Companhia

Rua Felipe Camarão, 500, Utinga – Santo André – SP – Brasil, CEP 09220-580  
A/C Hélio Mota Pimentel, Departamento de Relações com Investidores

**A apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais ou cópias autenticadas dos documentos até o início da AGOE.**

Qualquer dúvida, favor contatar: Hélio Mota Pimentel, Gerente Financeiro e de Relações com Investidores, no telefone: +55 11 2199-7757.

- **Boletim de Voto à Distância**

Os acionistas que desejarem, poderão utilizar o Boletim de Voto à Distância (“Boletim”) para votação na AGOE, nos termos do artigo 21-A e seguintes da ICVM 481/2009, disponibilizado pela Companhia em seu website (<https://ri.paranapanema.com.br>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Para participar da AGOE por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o Banco Bradesco S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia; (ii) o Agente de Custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade (“Agente de Custódia”), desde que ele esteja apto a receber o Boletim nos termos da ICVM 481/2009; ou, ainda, (iii) a Companhia, diretamente.

Os acionistas que encaminharem o Boletim diretamente para a Companhia devem observar as regras a seguir:

- (i) todos os campos deverão estar preenchidos;
- (ii) todas as páginas deverão ser rubricadas;
- (iii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente;
- (iv) deverá ser encaminhado, juntamente com o Boletim, a documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista, observados, portanto, os requisitos e formalidades previstos no item de documentação deste capítulo 3.

Solicita-se que o Boletim e demais documentos comprobatórios sejam protocolados na sede da Companhia em até 7 (sete) dias antes da data da AGOE.

A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma dos Boletins emitidos no território brasileiro, nem a notariação daqueles emitidos fora do País.

O Boletim que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na ICVM 481/2009.

Instruções detalhadas devem ser obtidas no Boletim disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.paranapanema.com.br>) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

#### **4. Representação por procuração**

Caso V.Sas. prefiram indicar um representante legal para voto por procuração, os documentos que confirmam a representação também deverão ser entregues na sede da Companhia dentro dos prazos e na forma descrita acima.

Com o propósito de facilitar a participação na AGOE, a Administração da Companhia deixa à disposição de seus acionistas, como mera cortesia e sem um compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo VI como uma sugestão de texto e a indicação de advogados da

Companhia, caso o acionista não tenha quem indicar. Dessa forma, V.Sas. deverão considerar que tal sugestão de texto não configura um pedido público de procuração para os fins do Capítulo IV da ICVM 481/2009, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à sua disposição.

<b>Procuradores sugeridos pela Companhia</b>
--

<p><b>PAULO RODRIGO CHUNG</b>, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 223.841, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.469.687-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 219.018.918-79, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Felipe Camarão, nº 500, Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09220-580.</p>
---

<b>OU</b>
-----------

<p><b>CRYSIE MARÇAL SANTOS</b>, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 316.698, portadora da Cédula de Identidade RG nº 35.602.272-9 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 368.287.078-42, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Felipe Camarão, nº 500, Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09220-580.</p>
--

**ANEXO I****Informações do item 10 do Formulário de Referência****10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A seguir são apresentados os comentários da nossa Diretoria correspondentes à análise da nossa condição financeira e patrimonial, que contemplam um panorama sobre o desempenho do mercado global para cada um dos exercícios encerrados em 2018, 2017 e 2016, bem como uma análise sobre o desempenho da gestão de capital e as ações endereçadas nessa gestão ao longo desses períodos.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os detalhes estão fornecidos no item 10.5.

As informações financeiras contidas neste item 10 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2018, o principal foco da administração foi dar início ao processo de recuperação dos principais ativos e aumentar a ocupação das nossas fábricas. Para tanto, buscamos expandir nossos investimentos nas plantas industriais visando aumentar a qualidade, confiabilidade e produtividade das operações, em especial da unidade da Bahia. Em paralelo, diversas iniciativas comerciais foram realizadas para reconquistar mercados e expandir a nossa área de atuação, com o objetivo de ampliar o volume de vendas e consequentemente reduzir a ociosidade das fábricas. O compromisso com a austeridade nos gastos, a busca contínua por melhorias em nossos processos, e a melhoria do mix de vendas permitiram reverter os resultados operacionais no segundo semestre. Além disso, a gestão criteriosa do capital de giro tem sido fundamental para sustentar nossas operações assim como o aumento do crédito junto aos fornecedores e o maior volume na antecipação de recebíveis.

O volume de vendas em 2018 foi de 174,0 mil toneladas, com alta de 9% comparado ao ano de 2017 (4T17: 48,3 mil toneladas / 4T18: 49,9 mil toneladas).

A receita líquida foi de R\$4.765,8 milhões, crescimento de 36% comparada à R\$3.508,5 milhões em 2017 (4T17: R\$1.134,1 milhões / 4T18: R\$1.315,1 milhões), decorrente principalmente do crescimento anual de 17% do volume de vendas de produtos de cobre que oferecem maior rentabilidade.

Em 2018, o EBITDA foi positivo em R\$82,7 milhões, com alta de 139% comparada ao resultado negativo de R\$214,7 milhões de 2017 e de R\$80,1 milhões positivo no 4T18 dando continuidade ao processo de recuperação operacional, via maior ocupação dos ativos em especial na produção de Vergalhões, Fios e Coprodutos.

A geração de caixa operacional foi de R\$261,8 milhões em 2018, decorrente principalmente de aumento do crédito e prazo junto a Fornecedores, operações de adiantamento de clientes e antecipação de recebíveis.

b. Estrutura de capital:

A atual estrutura de capital, medida pelo quociente entre capital próprio e capital de terceiros, apresenta queda no nível de alavancagem em 2018, explicado pelo aumento dos saldos de fornecedor externo.

A tabela abaixo mostra a estrutura de capital próprio e de terceiros para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	2016	2017	2018
Fornecedores locais	43.477	85.874	82.481
Fornecedores estrangeiros	110.266	715.329	1.175.506
Fornecedores LP	28	604	-
Operações com Forfaiting e Carta de Crédito	595.833	41.819	66.914
Instrumentos financeiros derivativos	154.084	183.670	26.449
Empréstimos e financiamentos CP	1.845.140	120.977	131.829
Empréstimos e financiamentos LP	-	1.807.001	2.017.084
<b>Total Capital Terceiros</b>	<b>2.748.828</b>	<b>2.955.274</b>	<b>3.500.263</b>
Patrimônio líquido	257.010	888.522	602.497
Ajuste de avaliação patrimonial & OCI	(1.065.571)	(1.005.276)	(967.928)
<b>Total Capital Próprio</b>	<b>1.322.581</b>	<b>1.893.798</b>	<b>1.570.425</b>
<b>Garantia de Capital de terceiros</b>	<b>0,48</b>	<b>0,64</b>	<b>0,45</b>
<b>Capital Próprio (%)</b>	<b>32%</b>	<b>39%</b>	<b>31%</b>
<b>Capital Terceiros (%)</b>	<b>68%</b>	<b>61%</b>	<b>69%</b>

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram preparadas mantendo-se o pressuposto de continuidade operacional baseado em um plano de negócios que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, bem como, novas linhas de crédito, intensificação das ações para monetização de ativos não operacionais. A Administração acredita que o plano de negócios apresentado esteja adequado, dentro de premissas razoáveis para sua concretização. Ressalta-se, entretanto, que não há previsibilidade quanto a parâmetros exógenos, o que impossibilita a Companhia em prever os efeitos destes sobre sua capacidade de continuar em operação.

A Receita Líquida Total somou R\$4,8 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 36% maior referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Desde 2015, com o recrudescimento da crise econômica no Brasil e consequente redução nas linhas de crédito, a Companhia tem focado suas vendas em produtos com maior valor agregado. Em 2018, as vendas no mercado interno representaram 40% do total da receita contra 60% de exportações.



O EBITDA da Companhia ficou R\$214,7 milhões negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, queda de 298% em comparação com ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A margem EBITDA ficou em 6,12% negativo no exercício 2017, sendo -8,5p.p. inferior à margem de 2,36% registrada no mesmo período de 2016.

Em 2018 revertemos o prejuízo de R\$214,7 milhões do EBITDA de 2017 para um lucro de R\$82,7 milhões. Importante ressaltar que em 2017 a Companhia aproveitou um programa especial de pagamento de tributos – PERT, para reconhecer e quitar uma dívida de cerca de R\$186 milhões utilizando predominantemente prejuízos fiscais acumulados. O resultado negativo não recorrente de 2017 foi devido principalmente ao reconhecimento do passivo tributário PERT, conforme explicado anteriormente. Mesmo expurgados os efeitos do PERT, 2017 teria apresentado um prejuízo no EBITDA de R\$28,7 milhões.

A melhoria apresentada no EBITDA de 2018 pode ser explicada pelo aumento no volume de vendas em especial em Vergalhões, Fios e Outros e por causa do aumento no preço dos coprodutos e por um câmbio médio mais favorável.

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	2016	Δ %	2017	Δ %	2018
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(373,168)</b>	64%	<b>(135,770)</b>	-138%	<b>(323,373)</b>
( + ) Impostos	243,864	-261%	(393,318)	69%	(120,591)
( + ) Resultado Financeiro Líquido	95,808	96%	187,810	102%	378,475
<b>EBIT</b>	<b>(33,496)</b>	<b>-919%</b>	<b>(341,278)</b>	<b>81%</b>	<b>(65,489)</b>
( + ) Depreciações e Amortizações	141,862	-11%	126,573	17%	148,197
<b>EBITDA</b>	<b>108,366</b>	<b>-298%</b>	<b>(214,705)</b>	<b>139%</b>	<b>82,708</b>
<b>Receita Líquida</b>	4,586,455	-24%	3,508,460	36%	4,765,777
% das Receitas	2.36%	-8.5 p.p.	-6.12%	7.9 p.p.	1.74%

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A necessidade de recuperação e modernização dos nossos parques industriais, principalmente em função da deterioração acelerada do parque industrial de Dias d'Ávila, é suportada por recursos de terceiros, por meio de linhas especiais de financiamento junto a instituições financeiras, bancos de fomento e bancos de desenvolvimento. A abertura dos montantes e custos por linha de captação está disponível no item 10.1.f.

Em 31 de dezembro de 2018 o endividamento líquido foi de R\$1.850.739 mil, representando um aumento de 11% em relação ao endividamento líquido apurado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$1.669.240 mil. Em 2017, já havia uma redução no endividamento líquido de 27% em comparação a 2016, quando o montante alcançado foi de R\$2.302.149 mil.

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	2016	Δ %	2017	Δ %	2018
Curto Prazo	1.845.140	-93%	120.977	9%	131.829
Longo Prazo	0	n.a	1.807.001	12%	2.017.084
LC e Forfait	595.833	-93%	41.819	60%	66.914
Instrumentos Financeiros Derivativos	154.084	19%	183.670	-86%	26.449
<b>Endividamento</b>	<b>2.595.057</b>	<b>-17%</b>	<b>2.153.467</b>	<b>4%</b>	<b>2.242.276</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	142.824	142%	345.551	-37%	216.668
Aplicações Financeiras	93.998	-44%	53.085	-14%	45.556
Aplicações Financeiras / Conta vinculada	23.128	n.a	0	n.a	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	32.958	160%	85.591	51%	129.313
<b>Caixa Total</b>	<b>292.908</b>	<b>65%</b>	<b>484.227</b>	<b>-19%</b>	<b>391.537</b>
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>2.302.149</b>	<b>-27%</b>	<b>1.669.240</b>	<b>11%</b>	<b>1.850.739</b>

O capital de giro da Companhia está representado por:

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	2016	Δ %	2017	Δ %	2018
Contas a Receber	474.090	-18%	389.279	71%	666.685
Estoques	937.369	65%	1.546.971	5%	1.626.575
Impostos a Recuperar	217.181	-7%	201.385	11%	224.142
Fornecedores e Operações de Forfaiting e Carta de Adiantamento de Clientes	(749.604)	-13%	(843.626)	-57%	(1.324.901)
	(9.704)	-287%	(37.520)	-415%	(193.122)
<b>Capital de Giro Total</b>	<b>869.332</b>	<b>45%</b>	<b>1.256.489</b>	<b>-20%</b>	<b>999.379</b>

O Capital de Giro total no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$999.379 mil, 20% menor que em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.256.489 mil), impactado principalmente pelo aumento nos fornecedores gerado a partir do acordo celebrado com a Glencore International Investments Ltd, acionista da Companhia, por meio do qual a Parapanema se compromete a comprar 180 mil toneladas de concentrado de cobre, e vender o volume equivalente em cobre refinado com as mesmas datas de liquidação financeira. Esse acordo foi objeto de um processo de concorrência com várias tradings do setor e apresenta termos comerciais compatíveis com operações desta natureza, que permitiu aumentar os níveis de produção a partir do final do segundo trimestre de 2017 sem a necessidade de empregar caixa adicional.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Devido à continuidade de um cenário macroeconômico desafiador, despenderemos atenção especial à gestão da liquidez, utilizando ferramentas necessárias para gestão de caixa, alongamento dos passivos bancários disponíveis, redução dos itens de capital de giro e venda de ativos não operacionais. É importante reforçar que, mesmo com a continuidade de um cenário de contração de crédito, continuaremos focando no aprimoramento da qualidade de nosso endividamento. Manteremos nossos esforços em desenvolver relacionamentos com novas instituições financeiras, captando linhas mais eficientes e inovadoras.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 estão demonstrados na tabela a seguir:

	Passivo Circulante		Passivo Não circulante		Passivo Circulante		Passivo Não circulante	
	2016	2016	2017	2017	2018	2018	2018	2018
<b>Contratados em Moeda USD</b>								
Financiamentos de importação	299.321	-	29.986	10.921	12.932	-	-	-
Financiamentos de comércio exterior -ACC	582.273	-	5.584	574.742	38.260	673.219	-	-
Pré-pagamento de exportação -PPE	616.082	-	14.216	1.024.118	20.389	1.199.582	-	-
Cedula de credito bancario	-	-	630	65.756	1.305	78.119	-	-
	<b>1.497.676</b>	<b>-</b>	<b>50.416</b>	<b>1.675.537</b>	<b>72.886</b>	<b>1.950.920</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Contratados em Moeda BRL</b>								
Financiamento de Projetos	39.648	-	13.794	9.159	9.664	345	-	-
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	96.248	-	22.877	73.201	24.472	41.802	-	-
Capital de giro	137.960	-	38.249	74.166	29.166	44.721	-	-
Nota de crédito de exportação - NCE	73.608	-	-	-	-	-	-	-
	<b>347.464</b>	<b>-</b>	<b>74.920</b>	<b>156.526</b>	<b>63.302</b>	<b>86.868</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custos de transação - reperfilamento	-	-	(4.359)	(25.062)	(4.359)	(20.704)	-	-
<b>Total</b>	<b>1.845.140</b>	<b>-</b>	<b>120.977</b>	<b>1.807.001</b>	<b>131.829</b>	<b>2.017.084</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Posição detalhada dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018:

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento Principal	Taxas	2018		
					Passivo circulante Principal	Passivo circulante Juros	Passivo não circulante Principal
FINAME	Banco Abc Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2019	6% a.a	319	1	-
FINAME	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	6% a 9,5% a.a	660	2	7
BNDES AUT.	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	TJLP + 3% a 5% a.a	1.897	8	338
FINEM	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2019	TJLP + 3% a 4,5% a.a	6.753	24	-
FNE	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	10% a.a	24.000	472	41.802
GIRO	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	CDI + 0,5% a.m	28.510	656	44.721
<b>Total contratados em moeda BRL</b>					<b>62.139</b>	<b>1.163</b>	<b>86.868</b>
FINIMP	HSBC Bank Brasil S.A.	Semestral	2018 a 2019	LIBOR 06 + 1,7% a.a	12.792	140	-
ACC	Banco Bnp Paribas Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	1.378	108.494
ACC	Banco Do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	1.378	108.494
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	2.868	225.863
ACC	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	453	35.659
ACC	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	984	77.496
ACC	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 1,75% a.a	-	1.488	117.213
ACC	Banco Banrisul	Anual	2019	5,3% a 5,6% a.a	28.360	1.351	-
PPE	Banco Sumitomo Mitsui Br. S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	2.327	136.897
PPE	Scotiabank	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	236	13.871
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	573	33.695
PPE	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	755	44.408
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	9.119	536.548
PPE	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	3.778	222.272
PPE	Banco Do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	1.788	105.197
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	1.813	106.694
CCB	Banco Itaú Bba S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	-	1.305	78.119
<b>Total contratados em moeda USD</b>					<b>41.152</b>	<b>31.734</b>	<b>1.950.920</b>
Custos de transação - reperfilamento					<b>(4.359)</b>	<b>-</b>	<b>(20.704)</b>
<b>Total</b>					<b>98.932</b>	<b>32.897</b>	<b>2.017.084</b>

As parcelas de longo prazo tem o seguinte vencimento:

	2016*	2017	2018
2018.....	267.954	-	-
2019.....	72.915	69.420	-
2020.....	52.667	381.457	437.003
2021.....	37.186	365.972	421.516
2022.....	1.496	560.179	655.113
2023.....	1.246	215.078	251.181
2024.....	-	214.895	252.271
	<b>433.464</b>	<b>1.807.001</b>	<b>2.017.084</b>

\*O valor das parcelas de LP foram transferidas para o CP por não cumprimento dos covenants

Utilizamos predominantemente empréstimos e financiamentos internacionais (“Trade Finance”) para financiar o nosso capital de giro, isto devido à contumaz e recorrente atividade de exportação e importação inerente à nossa atividade fim. Cabe ressaltar que os nossos projetos de melhorias e expansões são financiados por fontes de financiamento de longo prazo como linhas do BNDES e BNB, fundos de desenvolvimento regionais e outras fontes de financiamento de longo prazo.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Mantemos relações no curso normal dos nossos negócios com instituições financeiras nacionais e internacionais de grande porte, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, além daquelas descritas no item 10.f.i.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as nossas dívidas quirográficas. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv. Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

A Companhia ofereceu bens móveis integrantes do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais que, em 31 de dezembro de 2018, totalizavam R\$62.881 mil (R\$70.329 mil em 31 de dezembro de 2017). Caso ocorra decisão desfavorável em relação a algum processo, os valores serão pagos em moeda corrente.

A Companhia ofereceu 255 mil toneladas de vergalhão de cobre eletrolítico em garantia de processo fiscal que em 2018 totalizava R\$5.670 mil (R\$5.622 em 31 de dezembro de 2017). Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente.

A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção que, em 31 de dezembro de 2018, totalizavam R\$284.872 mil.

A Companhia concluiu em 2017 o processo de reperfilamento e reestruturação das dívidas junto a seus principais credores financeiros. As principais condições renegociadas, em uma base comum para todos os credores, são prazo total de até 7 anos para pagamento das dívidas, sendo os 2 primeiros anos período de carência para o início do pagamento do principal e pagamento de juros anuais.

Os ativos dados em garantia do processo de reperfilamento, em 31 de dezembro de 2018, totalizavam R\$576.867 mil (R\$860.509 mil em 31 de dezembro de 2017), suficiente para a cobertura dos respectivos empréstimos.

Garantia aos principais credores financeiros:

- (i) hipoteca em 1º grau do imóvel de Dias D'ávila/BA (cláusula alterada pelo 1º Aditamento)
- (ii) penhor industrial de 1º grau sobre os bens operacionais não circulantes de Dias D'ávila/BA, Serra/ES e Utinga/SP (cláusula alterada pelo 1º Aditamento);
- (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios que sobejarem eventual execução (a) hipoteca Utinga – BNB e Serra – Safra;
- (iv) alienação fiduciária HSBC em equipamentos de Dias D'ávila/BA; (c) indenização de seguro;
- (v) penhor industrial de 1º grau, sob condição suspensiva, sobre (a) equipamentos da alienação fiduciária HSBC; (b) máquinas e equipamentos em penhora judicial no Agravo de Instrumento nº 0020406-81.2017.4.01.0000/DF, processo de origem nº 93642020174013400 (TRF-1) (equipamentos Cast & Roll).

A Companhia incorreu em R\$29.421 mil relativos aos custos de transação diretamente atribuíveis ao processo, envolvendo principalmente a contratação de assessores jurídicos e financeiros, auditoria externa, gastos com elaboração de prospectos e relatórios bem como, taxas, comissões e registros. A contabilização está mantida em conta redutora do passivo conforme quadro abaixo. O saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$4.359, no curto prazo, e R\$20.704 no longo prazo.

Os contratos de empréstimos bancários, em aberto em 31 de dezembro de 2016 e 2015, celebrados pela Companhia continham cláusulas restritivas (covenants financeiros) medidos trimestralmente pelo resultado acumulado do último período de 12 meses, com base nos índices de dívida líquida/ EBITDA Ajustado (conforme abaixo definido) que não podiam ser superiores a 3,5x; índice do ativo circulante / passivo circulante (Liquidez Corrente), que devia ser maior ou igual a 0,85; e o índice de dívida líquida / patrimônio líquido ajustado, que devia ser menor ou igual a 0,85.

O EBITDA Ajustado (corresponde ao EBITDA líquido de itens não recorrentes, como ociosidade, provisão de contingências e honorários de êxito, dentre outros) não era uma medida utilizada pela Companhia na gestão dos seus negócios. O índice era utilizado apenas para efeito de cálculo dos covenants previstos em alguns contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia. Conforme abaixo divulgado, estes covenants foram renegociados no âmbito da reestruturação.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo total de empréstimos e financiamentos encontra-se atualizado e integralmente classificado no passivo circulante, em função do não atendimento dos covenants, bem como default das demais dívidas.

Adicionalmente, estes contratos incluem como principais eventos de inadimplência a inexecução de qualquer declaração, garantia ou certificação prestada em conexão com o contrato e sujeição a certos períodos de resolução e violação de qualquer obrigação prevista no contrato.

Em 2017 com o reperfilamento das dívidas, os covenants financeiros e os prazos de vencimentos dos contratos de empréstimo bancário foram renegociados com nossos credores.

Nesse sentido, nos termos do item 6.6 deste Formulário de Referência, determina, dentre outras, as seguintes obrigações e restrições à Companhia para manter-se enquadrada em determinados covenants financeiros, como

(a) índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x;

(b) Dívida Líquida pelo EBITDA Recorrente e Não Ajustado igual ou inferior a

(i) -50,9x em 31/12/2017; (ii) 63,1x em 30/06/2018; (iii) 16,6x em 31/12/2018; (iv) 14,6x em 30/06/2019;

(v) 10,4x em 31/12/2019; (vi) 9,0x em 30/06/2020; (vii) 7,0x em 31/12/2020; (viii) 6,5x em 30/06/2021;

(ix) 5,8x em 31/12/2021; (x) 5,8x em 30/06/2022; (xi) 5,2x em 31/12/2022; (xii) 5,0x em 30/06/2023;

(xiii) 4,3x em 31/12/2023; (xiv) 4,6x em 30/06/2024; (xv) 3,9x em 31/12/2024

(c) Limite Mínimo de Estoques e Recebíveis a ser mantido livre de qualquer Gravame, da dívida total da Companhia, existente nas datas de verificação, representada por determinados contratos e outros

ACC's/ACE's sem garantias reais ou fidejussórias contratadas pela Companhia a partir da data da assinatura do Acordo Global.

Para fins o item (b), o eventual descumprimento do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Recorrente e Não Ajustado, em bases consolidadas, apurados em (i) 31 de dezembro de 2017, (ii) 30 de junho de 2018, e (iii) 31 de dezembro de 2018 não ensejará o vencimento antecipado dos Contratos Definitivos.

Com relação aos contratos de Venda de catodo de cobre pela Companhia à Glencore International AG e de Compra de concentrado de cobre pela Companhia da Glencore International AG, foram celebrados penhores mercantis de primeiro grau sobre o concentrado de cobre adquirido pela Companhia da Glencore International AG, bem como sobre a corrente de produtos advindos da transformação do concentrado de cobre (anodo e catodo).

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Captamos um financiamento de longo prazo em 2015 junto à FINEP no montante R\$22,7 milhões, do qual foi consumido 40% em 2015, sendo liquidado em 2018. Até o momento não consumimos o restante.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações significativas na demonstração consolidada de resultados, demonstração consolidada dos fluxos de caixa e balanço patrimonial consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 estão apresentadas a seguir.

h.1. Análise das Demonstrações do Resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

[mil BRL]	AV %	2017	AH %	AV %	2018
<b>Receita Líquida</b>	<b>100%</b>	<b>3.508.460</b>	<b>36%</b>	<b>100%</b>	<b>4.765.777</b>
Mercado Interno (MI)	43%	1.505.602	24%	39%	1.865.493
Mercado Externo (ME)	56%	1.954.771	45%	60%	2.840.027
Transformação (MI)	1%	48.087	25%	1%	60.257
Custo dos Produtos Vendidos	93%	(3.263.895)	-38%	94%	(4.495.172)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>7%</b>	<b>244.565</b>	<b>11%</b>	<b>6%</b>	<b>270.605</b>
% sobre Receitas		7,0%	-1,3 p.p.		5,7%
Despesas com Vendas	1%	(28.072)	-7%	1%	(30.011)
Despesas Gerais e Administrativas	2%	(68.772)	-14%	2%	(78.573)
Honorários da Administração	0%	(7.398)	-3%	0%	(7.601)
Participação dos Empregados	1%	(22.918)	-29%	1%	(29.467)
Outras Operacionais, líquidas	13%	(458.683)	58%	4%	(190.442)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro e Tribut</b>	<b>10%</b>	<b>(341.278)</b>	<b>81%</b>	<b>1%</b>	<b>(65.489)</b>
% sobre Receitas		-9,7%	8,4 p.p.		-1,4%
( + ) Depreciações e Amortizações	-4%	126.573	17%	-3%	148.197
<b>EBITDA</b>	<b>6%</b>	<b>(214.705)</b>	<b>139%</b>	<b>-2%</b>	<b>82.708</b>
Resultado Financeiro	5%	(187.810)	-102%	8%	(378.475)
Receitas Financeiras	-14%	499.778	65%	-17%	822.650
Despesas Financeiras	20%	(687.588)	-75%	25%	(1.201.125)
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>15%</b>	<b>(529.088)</b>	<b>16%</b>	<b>9%</b>	<b>(443.964)</b>
% sobre Receitas		-15,1%	5,8 p.p.		-9,3%
Impostos	-11%	393.318	-69%	-3%	120.591
IR e CSLL - Corrente	0%	(4.628)	69%	0%	(1.424)
IR e CSLL - Diferido	-11%	397.946	-69%	-3%	122.015
<b>Prejuízo Líquido</b>	<b>4%</b>	<b>(135.770)</b>	<b>-138%</b>	<b>7%</b>	<b>(323.373)</b>
% sobre Receitas		-3,9%	-2,9 p.p.		-6,8%

## Receita Líquida

A Receita Líquida Total somou R\$4.765,8 milhões em 2018 e R\$3.508,5 milhões em 2017, ou seja, houve um aumento a receita de 36% comparada ao ano anterior. Do total de receitas no ano, 40% foram oriundas do mercado interno (44% em 2017) e 60% do mercado externo (56% em 2017).

Em Cobre Primário, a Receita Líquida alcançou R\$1.530,6 milhões em 2018, com aumento de 24% comparada ao ano anterior em função da maior disponibilidade da planta e consequentemente maior volume de produção de catodos além do maior preço médio ao longo de 2018.

Em Produtos de Cobre, a Receita Líquida alcançou e R\$2.499,2 milhões em 2018, 37% maior que em 2017 (R\$ 1.822,4 milhões). Barras, Perfis, Arames, Laminados, Tubos e Conexões alcançaram R\$783,6 milhões no ano, com crescimento de 15% comparado ao mesmo período do ano anterior. Já os produtos de Vergalhões, Fios e Outros somaram R\$1.715,6 milhões no ano, com aumento de 50% comparado a 2017. Tais crescimentos podem ser explicados pela estratégia comercial de melhorar o mix de vendas, aumentando a participação de produtos que oferecem maior rentabilidade. No ano do total de receitas de produtos de cobre, 60% foram oriundas do mercado interno e 40% do mercado externo.

Em Coprodutos, a Receita Líquida atingiu R\$736,1 milhões em 2018, aumento de 63% comparada ao ano anterior. Tal evolução se deu por conta do aumento dos preços de ácido sulfúrico nos mercados internacionais, além de algumas vendas spot de Revert e da maior concentração de ouro nas vendas de



Lama Anódica. Do total de receitas deste componente, 26% foram oriundas do mercado interno e 74% do mercado externo.

#### Custo Dos Produtos Vendidos

Os Custo dos Produtos Vendidos de 2018 atingiu o montante de R\$4.495,2 milhões (R\$3.263,9 milhões em 2017), ou seja, houve um aumento de 37% comparado ao ano anterior, acompanhando o aumento da receita líquida. O custo dos produtos vendidos representou 94% das receitas líquidas em 2018 (93% em 2017).

O Custo do Metal em Reais aumentou 40% no ano, totalizando R\$3.970,3 milhões, quando comparado com R\$2.821,2 milhões em 2017, resultado do aumento do volume de venda e preço do metal em reais no período.

O Custo de Transformação apresentou aumento de 19% no ano de 2018 comparado a 2017, atingindo R\$524,9 milhões e R\$442,7 milhões respectivamente, acompanhando o aumento da receita de vendas.

#### Lucro Bruto

O Lucro Bruto atingiu R\$270,6 milhões em 2018, 11% superior ao ano anterior, R\$244,6 milhões em 2017, principalmente por conta do aumento da participação de produtos de cobre sobre o volume de vendas total (melhoria de mix), da alta dos prêmios dos coprodutos e de Barras, Arames, Tubos e Laminados e da valorização do dólar no período. A Margem Bruta no ano foi de 6% em 2018 contra 7% em 2017.

#### Despesas Operacionais

As Despesas Totais atingiram no ano de 2018 R\$336,1 milhões, uma redução de 43% comparado a 2017 onde o montante registrado foi de R\$585,8 milhões. Em 2018, as Despesas Operacionais Totais em relação à Receita Líquida apresentaram queda de 10 p.p. (de 17% em 2017 para 7% em 2018), decorrente principalmente de outras despesas operacionais.

##### a) Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no ano, tiveram um aumento de 7% comparadas ao ano anterior, atingindo o montante de R\$30,0 milhões em 2018 face a R\$28,1 milhões em 2017.

##### b) Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas atingiram R\$78,6 milhões em 2018 e R\$68,7 milhões em 2017, 12% de aumento, igualmente impactadas pelas ações de redução da estrutura organizacional e gastos.

##### c) Honorários da Administração

Os honorários da Administração atingiram R\$7,6 milhões em 2018 e R\$7,4 milhões em 2017, variação de 3%.

##### d) Participação dos Empregados

A Participação dos Empregados apresentou aumento de 29% no ano de 2018 atingindo R\$29,5 milhões, quando comparado ao ano de 2017 de R\$22,9 milhões, em função da provisão de Incentivo de Longo Prazo (ILP) de resultados passados.



e) Outras Despesas Operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais líquidas somaram R\$190,4 milhões em 2018 e R\$458,7 milhões em 2017, redução de R\$268,2 milhões, explicado principalmente pelo aumento significativo no ano de 2017, nas provisões de contingências decorrente da adesão ao PERT, R\$186,8 milhões, para quitação de passivo contingente tributário.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido no ano foi de R\$378,5 milhões negativo, R\$190,7 milhões maior do que o resultado de 2017, quando atingiu R\$187,8 milhões.

As despesas de juros líquidas de receitas ficaram estáveis, sendo R\$146,7 milhões no ano de 2018 contra R\$146,5 milhões no ano de 2017.

O resultado com variação cambial, variação monetária e ajuste a valor presente líquido acumulado no ano de 2018 apresentou um aumento de R\$181,6 milhões, comparativamente ao mesmo período de 2017, sendo R\$197,8 milhões em 2018 e R\$16,2 milhões em 2017, impactado principalmente pela variação do dólar.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A apuração de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido teve uma queda de 69%, ou R\$272,8 milhões, de R\$393,3 milhões positivo em 2017 para R\$120,6 milhões em 2018, principalmente decorrente da reversão da provisão para perda em 2017, de créditos diferidos de Imposto de Renda que estavam sendo acumulados desde o segundo trimestre de 2016 por conta das incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros e a necessidade de uma reestruturação financeira.

A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitados a 30% dos lucros anuais.

Resultado Líquido

Apesar dos baixos volumes de produção, a Companhia reduziu seu prejuízo em 64% em relação ao ano anterior. Em 2017, o prejuízo líquido foi de R\$135,8 milhões contra um prejuízo líquido de R\$373,2 milhões em 2016, decorrente dos esforços da administração na contenção de custos e despesas e da recuperação dos créditos fiscais, fruto da bem-sucedida reestruturação financeira.

No acumulado do ano, os impactos não monetários da variação cambial sobre as dívidas de longo prazo totalizaram R\$231,2 milhões, e levaram a um prejuízo líquido de R\$323,4 milhões, um aumento do prejuízo em 138% em relação ao ano anterior que foi de R\$135,8.

A seguir, apresentamos nosso Balanço Patrimonial e a análise de suas principais contas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

[mil BRL]	2017	AV %	AH %	2018	AV %
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo circulante</b>	<b>2.493.482</b>	<b>59%</b>	<b>12%</b>	<b>2.787.160</b>	<b>60%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	345.551	8%	-37%	216.668	5%
Aplicações Financeiras	38.453	1%	-25%	28.791	1%
Banco Conta Vinculada	-	0%	n.a.	-	0%
Contas a receber de clientes	371.384	9%	79%	665.589	14%
Estoques	1.546.971	37%	5%	1.626.575	35%
Impostos e Contribuições a Recuperar	88.629	2%	15%	101.742	2%
Outros Ativos Circulantes	6.850	0%	12%	7.693	0%
Instrumentos Financeiros Derivativos	85.591	2%	51%	129.313	3%
Despesas Antecipadas	10.053	0%	7%	10.789	0%
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.718.009</b>	<b>41%</b>	<b>7%</b>	<b>1.836.334</b>	<b>40%</b>
Aplicações Financeiras	14.632	0%	15%	16.765	0%
Contas a receber de clientes	17.895	0%	-94%	1.096	0%
Impostos e Contribuições a Recuperar	112.756	3%	9%	122.400	3%
Ativos mantidos para venda	111.548	3%	1%	112.745	2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.381	1%	220%	177.395	4%
Depósitos de Demandas Judiciais	28.248	1%	14%	32.309	1%
Outros Ativos Não Circulantes	81.544	2%	3%	83.953	2%
Despesas Antecipadas	12.720	0%	-24%	9.669	0%
Outros Investimentos	2.250	0%	3%	2.327	0%
Ativo Imobilizado	1.274.584	30%	-1%	1.267.510	27%
Ativo intangível	6.451	0%	58%	10.165	0%
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.211.491</b>	<b>100%</b>	<b>10%</b>	<b>4.623.494</b>	<b>100%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.328.981</b>	<b>32%</b>	<b>38%</b>	<b>1.829.754</b>	<b>40%</b>
Fornecedores Local	85.874	2%	-4%	82.481	2%
Fornecedores	715.329	17%	64%	1.175.506	25%
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	41.819	1%	60%	66.914	1%
Empréstimos e Financiamentos	120.977	3%	9%	131.829	3%
Instrumentos Financeiros Derivativos	183.670	4%	-86%	26.449	1%
Salários e encargos sociais	49.767	1%	21%	60.061	1%
Impostos e contribuições a recolher	25.827	1%	-62%	9.715	0%
Imposto de renda do exercício corrente	0	0%	n.a.	1.424	0%
Dividendos a pagar	24.429	1%	8%	26.274	1%
Adiantamentos de Clientes	37.520	1%	415%	193.122	4%
Outros passivos circulantes	43.769	1%	28%	55.979	1%
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.993.988</b>	<b>47%</b>	<b>10%</b>	<b>2.191.243</b>	<b>47%</b>
Fornecedores	604	0%	n.a.	0	0%
Empréstimos e Financiamentos	1.807.001	43%	12%	2.017.084	44%
Impostos e contribuições a recolher	178	0%	n.a.	0	0%
Provisão para demandas judiciais	186.205	4%	-6%	174.159	4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	0%	n.a.	-	0%
Outros passivos não circulantes	0	0%	n.a.	0	0%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>888.522</b>	<b>21%</b>	<b>-32%</b>	<b>602.497</b>	<b>13%</b>
Capital social	1.979.376	47%	0%	1.985.333	43%
Debêntures Conversíveis em ação	110.602	3%	-5%	104.645	2%
Reservas de Reavaliação	218.917	5%	-6%	206.438	4%
Reservas de lucros	0	0%	n.a.	0	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.005.276)	-24%	-4%	(967.928)	-21%
Ações em Tesouraria	(741)	0%	0%	(741)	0%
Prejuízos Acumulados	(414.356)	-10%	75%	(725.250)	-16%
Participação de acionistas não controladores		0%	n.a.		0%
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>4.211.491</b>	<b>100%</b>	<b>10%</b>	<b>4.623.494</b>	<b>100%</b>

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

### **Ativo Circulante**

O Ativo Circulante totalizou R\$2.787,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 12% em relação aos R\$2.493,5 milhões de 31 de dezembro de 2017, com resultado dos efeitos detalhados abaixo.

O Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2018 representou 60% do Ativo Total, comparado com 59% em 2017.

#### Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Curto Prazo

No fechamento do ano de 2018, a Companhia apresentou Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$245,5 milhões, uma redução de 37% em comparação ao ano anterior, quando foi registrado R\$384,0 milhões.

#### Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber totalizaram R\$665,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, valor 79% superior aos R\$371,3 milhões registrados no fim do ano anterior, principalmente em função do aumento da receita líquida.

#### Estoques

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de hedge de estoques, as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela taxa de câmbio do fechamento do mês.

Em 31 de dezembro de 2018, os Estoques ficaram estáveis, com um aumento de 5%, passando de R\$1.547,0 milhões em 2017 para R\$1.626,6 milhões em 2018.

#### Impostos e Tributos a Recuperar

O saldo de impostos e tributos a recuperar variou 15%, para R\$101,7 milhões em 2018, de R\$88,6 milhões em 2017, substancialmente em decorrência de reconhecimento de créditos, do período de março de 2017 a fevereiro de 2018, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

### **Ativo Não Circulante**

O Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2018 representou 40% do Ativo Total, comparado com 41% em 2017.

O Ativo Não Circulante totalizou R\$1.836,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 comparado com R\$1.718,0 milhões em 2017, houve um aumento de 7% em relação ao ano anterior, principalmente em:

#### Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

Aumento de R\$122,0 milhões, de R\$55,4 milhões de 2017 para R\$177,4 milhões em 2018, explicado pelo aumento do prejuízo fiscal no período.

#### Os impostos a recuperar não circulante

O Aumento de R\$9,6 milhões, de R\$112,8 milhões em 2017 para R\$122,4 milhões em 2018, explicado pela reversão da provisão para perda referente ao ICMS, no montante de R\$7,9 milhões, em função das medidas tomadas para a utilização do crédito.

#### Imobilizado e Intangível

Em 31 de dezembro de 2018, o Imobilizado e Intangível totalizou R\$1.277,7 milhões, queda de 0,3% em relação a 31 de dezembro de 2017 quando o montante registrado foi de R\$1.281,0 milhões, devido principalmente à depreciação/amortização no período acrescido da entrada de novos projetos.

#### Ativo Mantidos para Venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R\$112.745 em 31 de dezembro de 2018 (R\$111.548 em 31 de dezembro de 2017), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização. Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e a Companhia tem intensificado suas ações para monetização dos referidos imóveis, pois são parte do plano da Companhia para readequação de sua estrutura de capital.

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

#### **Passivo Circulante**

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$1.829,8 milhões, 38% acima dos R\$1.329,0 milhões de 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$500,8 milhões principalmente pelo aumento nos fornecedores:

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2018 representou 40% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, comparado com 32% em 2017.

#### Fornecedores e Operações com Forfait e Cartas de Crédito

Fornecedores totalizaram R\$1.296,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R\$456,8 milhões em comparação com o ano de 2017, R\$801,2 milhões, e aumento de R\$25,1 milhões em Operações com Forfaiting e Carta de Crédito que em 2018 totalizavam R\$66,9 milhões, 60% menor do que R\$41,8 milhões de 2017.

#### Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o total de empréstimos e financiamento era de R\$131,8, 9% maior em comparação ao mesmo período de 2017 que totaliza no passivo circulante R\$121,0 milhões.

#### Impostos e Contribuições a Recolher

A rubrica Impostos e Contribuições a Recolher totalizou R\$11,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 62% contra um saldo de R\$25,8 milhões no final de 31 de dezembro 2017, principalmente pela geração de saldo credor na apuração do PIS e da COFINS.

## Outras Contas a Pagar

A rubrica de outras contas a pagar totalizou R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 28%, contra o saldo de R\$43,8 milhões no final de 31 de dezembro 2017, e neste grupo temos registrados valores a pagar correspondentes a:

- i) Provisões Diversas, tais como R\$6,1 milhões referente gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré,
- ii) Provisão de serviços de honorários advocatícios de R\$9,7 milhões;
- iii) Comissões sobre vendas R\$9,7 milhões.

## Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante teve aumento de 10%, atingindo R\$2.191,2 milhões ao final de 2018 comparado com R\$1.994,0 milhões de 2017.

O Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2018 representou 47% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, mantendo o mesmo nível de 2017.

### Provisão para Contingências

As Provisões para Contingências reduziram em 4%, atingindo R\$174,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 contra R\$186,2 milhões no final do ano anterior, devido principalmente a diminuição e acordos das causas trabalhistas.

## Patrimônio Líquido

Encerramos 2018 com Patrimônio Líquido de R\$602,5 milhões, 32% menor que os R\$888,5 milhões registrado no final de 2017, em função do prejuízo acumulado no período.

### Análise do Fluxo de Caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Fluxos de Caixa (em milhões de R\$, exceto percentuais)	2017	AH R\$	AH %	2018
Caixa Líquido Atividades Operacionais	113.646	148.184	130%	261.830
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(42.194)	(148.208)	-351%	(190.402)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	131.275	(331.586)	-253%	(200.311)
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes</b>	<b>202.727</b>	<b>(331.610)</b>	<b>-164%</b>	<b>(128.883)</b>

As Atividades Operacionais resultaram em R\$261,8 milhões, decorrente principalmente de (i) ingresso de recursos provenientes das operações com fornecedores em R\$468,3 milhões em 2018 enquanto em 2017 foram operações no valor de R\$640,1 milhões, (ii) aplicação de recursos do caixa nos instrumentos financeiros no valor de R\$164,3 milhões em 2018, enquanto, em 2017 houve uma geração de caixa nos instrumentos financeiros de R\$15,1 milhões e (iii) quitações das obrigações com clientes que em 2018 totalizaram R\$134,3 milhões comparado com ingresso de recursos líquidos nas operações com clientes, contas a receber mais adiantamentos de clientes, no valor de R\$130,0 milhões em 2017.

Nas Atividades de Investimentos, houve um aumento de R\$91,7 na aplicação de recursos em adições de imobilizado, sendo R\$197,9 milhões de 31 de dezembro de 2018 contra R\$106,2 milhões em 2017, e houve resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras em 2018, que totalizou R\$7,5 milhões de ingresso, enquanto que para o mesmo período de 2017 o resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras totalizou R\$40,9 milhões de ingresso.

As atividades de financiamentos, decorrente de amortização de empréstimos e encargos financeiros e contratação de novos empréstimos no ano de 2018, houve redução líquida de caixa de R\$200,3 milhões, enquanto no mesmo período de 2017 houve uma redução de R\$ 215,7 milhões. Houve ainda em 2017 a entrada de recursos na ordem de R\$347,0 referente ao aporte de capital. Em 2017, o não ingresso de novos empréstimos se deve ao cenário de redução dos limites de créditos com bancos no contexto de reperfilamento da dívida.

## h.2 Análise das Demonstrações do Resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

[mil BRL]	2017	AV %	AH %	2016	AV %
<b>Receita Líquida</b>	<b>3.508.460</b>	<b>100%</b>	<b>-24%</b>	<b>4.586.455</b>	<b>100%</b>
Mercado Interno (MI)	1.505.603	43%	-7%	1.619.663	35%
Mercado Externo (ME)	1.954.770	56%	-33%	2.914.923	64%
Transformação (MI)	48.087	1%	-7%	51.869	1%
Custo dos Produtos Vendidos	(3.263.895)	93%	23%	(4.236.587)	92%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>244.565</b>	<b>7%</b>	<b>-30%</b>	<b>349.868</b>	<b>8%</b>
% sobre Receitas	7,0%		-0,7 p.p.	7,6%	
Despesas com Vendas	(28.072)	1%	17%	(34.022)	1%
Despesas Gerais e Administrativas	(68.772)	2%	12%	(78.127)	2%
Honorários da Administração	(7.398)	0%	-4%	(7.103)	0%
Participação dos Empregados	(22.918)	1%	-63%	(14.022)	0%
Outras Operacionais, Líquidas	(458.683)	13%	-83%	(250.090)	5%
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos</b>	<b>(341.278)</b>	<b>10%</b>	<b>-919%</b>	<b>(33.496)</b>	<b>1%</b>
% sobre Receitas	-9,7%		-9,0 p.p.	-0,7%	
( + ) Depreciações e Amortizações	126.573	-4%	-11%	141.862	-3%
<b>EBITDA</b>	<b>(214.705)</b>	<b>-6,1%</b>	<b>-298%</b>	<b>108.366</b>	<b>2,4%</b>
Resultado Financeiro	(187.810)	5%	-96%	(95.808)	2%
Receitas Financeiras	499.778	-14%	-66%	1.490.468	-32%
Despesas Financeiras	(687.588)	20%	57%	(1.586.276)	35%
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(529.088)</b>	<b>15%</b>	<b>-309%</b>	<b>(129.304)</b>	<b>3%</b>
% sobre Receitas	-15,1%		-12,3 p.p.	-2,8%	
Impostos	393.318	-11%	261%	(243.864)	5%
IR e CSLL - Corrente	(4.628)	0%	n.a	-	0%
IR e CSLL - Diferido	397.946	-11%	263%	(243.864)	5%
<b>Prejuízo Líquido</b>	<b>(135.770)</b>	<b>-3,9%</b>	<b>64%</b>	<b>(373.168)</b>	<b>-8,1%</b>
% sobre Receitas	-3,9%		4,3 p.p.	-8,1%	

## Receita Líquida

A Receita Líquida Total somou R\$3.508,5 milhões em 2017 e R\$4.586,5 milhões em 2016, ou seja, houve uma queda da receita de 24% comparada ao ano anterior. Do total de receitas no ano, 44% foram oriundas do mercado interno (36% em 2016) e 56% do mercado externo (64% em 2016).

Em Cobre Primário, a Receita Líquida alcançou R\$1.235,6 milhões em 2017, com queda de 35% comparada ao ano anterior devido a restrição de crédito para capital de giro.

Em Produtos de Cobre, a Receita Líquida alcançou e R\$1.822,4 milhões em 2017, 16% menor que em 2016 (R\$ 2.177,9 milhões). Barras, Perfis, Arames, Laminados, Tubos e Conexões alcançaram R\$678,8 milhões no ano, com crescimento de 12% comparado ao mesmo período do ano anterior, em decorrência de ações comerciais nos mercados interno e externo. Já os produtos de Vergalhões, Fios e Outros somaram R\$1.143,5 milhões no ano, com redução de 27% comparado a 2016. No ano do total de receitas de produtos de cobre, 60% foram oriundas do mercado interno e 40% do mercado externo.

Em Coprodutos, a Receita Líquida atingiu R\$450,5 milhões em 2017, com queda de 12% comparada ao ano anterior. A variação é explicada pelo menor volume disponível para venda em Ácido e Lama Anódica, em função do menor nível de produção de 2017. Do total de receitas deste componente, 27% foram oriundas do mercado interno e 73% do mercado externo.

## Custo dos Produtos Vendidos

Os Custo dos Produtos Vendidos de 2017 atingiu o montante de R\$3.263,9 milhões (R\$4.236,6 milhões em 2016), ou seja, houve uma queda de 23% comparado ao ano anterior, acompanhando a queda da receita líquida. O custo dos produtos vendidos representou 93% das receitas líquidas em 2017 (92% em 2016).

O Custo do Metal em Reais caiu 23% no ano, totalizando R\$2.821,2 milhões, quando comparado com R\$3.660,0 milhões em 2016, resultado da queda de volume de venda e preço do metal em reais no período.

O Custo de Transformação apresentou redução de 23% no ano de 2017 comparado a 2016, atingindo R\$442,7 milhões e R\$576,6 milhões respectivamente, acompanhando a queda da receita de vendas.

## Lucro Bruto

O Lucro Bruto atingiu R\$244,6 milhões em 2017, 30% inferior ao ano anterior, R\$349,9 milhões em 2016. A Margem Bruta no ano foi de 7% em 2017 contra 8% em 2016, mantendo-se estável apesar da queda no volume de vendas devido ao menor volume de produção.

A Companhia mudou o mix de vendas de produtos, com maior participação de vergalhões e fios e menor volume de cobre primário e melhores prêmios na lama anódica. Entretanto, o Lucro Bruto do ano foi severamente impactado pela menor produção e conseqüente queda de 41% no redutor do custo do metal (TC/RC) totalizando R\$244,6 milhões, 30% menor comparado a 2016.

## Despesas Operacionais

As Despesas Totais atingiram no ano de 2017 R\$585,8 milhões, um aumento de 53% comparado a 2016, onde o montante registrado foi de R\$383,3 milhões. Em 2017, as Despesas Operacionais Totais em relação



à Receita Líquida apresentaram alta de 9 p.p. (de 8% em 2016 para 17% em 2017), decorrente principalmente de outras despesas operacionais.

a) Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no ano tiveram uma redução de R\$6,0 milhões, uma redução de 17% comparadas ao ano anterior, atingindo o montante de R\$28,0 milhões em 2017 face a R\$34,0 milhões em 2016, resultado das ações de readequação de gastos e estrutura organizacional.

b) Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas atingiram R\$68,7 milhões em 2017 e R\$78,1 milhões em 2016, 12% de queda, igualmente impactadas pelas ações de redução da estrutura organizacional e gastos.

c) Honorários da Administração

Os honorários da Administração atingiram R\$7,4 milhões em 2017 e R\$7,1 milhões em 2016, variação de 4% uma variação de 13% justificado principalmente pela recomposição do quadro da diretoria estatutária

d) Participação dos Empregados

A Participação dos Empregados apresentou aumento de 63% no ano de 2017 atingindo R\$22,9 milhões, quando comparado ao ano de 2016 R\$14,0 milhões, em função da provisão de Incentivo de Longo Prazo (ILP) de resultados passados.

e) Outras Despesas Operacionais Líquidas

As outras despesas operacionais líquidas somaram R\$458,7 milhões em 2017 e R\$250,1 milhões em 2016, aumento de R\$208,6 milhões, 83%, explicado pela elevação de 51% dos custos de ociosidade, R\$61,8 milhões, e pelo aumento significativo nas provisões de contingências decorrente da adesão ao PERT, R\$186,8 milhões, para quitação de passivo contingente tributário.

### Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido no ano foi de R\$187,8 milhões negativo, R\$92,0 milhões maior do que o resultado de 2016, quando atingiu R\$95,8 milhões.

As despesas de juros líquidas de receitas apresentaram um aumento de R\$76,2 milhões, sendo R\$146,5 milhões no ano de 2017 contra R\$70,2 milhões no ano de 2016, em função de novas taxas renegociadas pela Companhia dentro do processo de reperfilamento das dívidas e desconto de recebíveis e reversão de juros sobre crédito tributário estornados.

O resultado com variação cambial, variação monetária e ajuste a valor presente líquido acumulado no ano de 2017 ficou estável com uma variação negativa de R\$0,7 milhões comparativamente ao mesmo período de 2016, sendo R\$16,2 milhões em 2017 e R\$16,9 milhões em 2016.

### Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido variou 263%, ou R\$641,8 milhões, para R\$397,9 milhões positivo em 2017, de R\$243,9 milhões negativo em 2016 principalmente decorrente



da reversão da provisão de créditos diferidos de Imposto de Renda que estavam sendo acumulados desde o segundo trimestre de 2016 por conta das incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros e a necessidade de uma reestruturação financeira

A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitados a 30% dos lucros anuais.

#### Resultado Líquido

Apesar dos baixos volumes de produção, a Companhia reduziu seu prejuízo em 64% em relação ao ano anterior. Em 2017, o prejuízo líquido foi de R\$135,8 milhões contra um prejuízo líquido foi de R\$373,2 milhões em 2016, decorrente dos esforços da administração na contenção de custos e despesas e da recuperação dos créditos fiscais, fruto da bem-sucedida reestruturação financeira.

A seguir, apresentamos nosso Balanço Patrimonial e a análise de suas principais contas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

[mil BRL]	2017	AV %	AH %	2016	AV %
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo circulante</b>	<b>2.493.482</b>	<b>59%</b>	<b>38%</b>	<b>1.813.036</b>	<b>51%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	345.551	8%	142%	142.824	4%
Aplicações Financeiras	38.453	1%	-56%	87.936	2%
Banco Conta Vinculada	-	0%	n.a.	23.128	1%
Contas a receber de clientes	371.384	9%	-18%	452.593	13%
Estoques	1.546.971	37%	65%	937.369	26%
Impostos e Contribuições a Recuperar	88.629	2%	22%	72.742	2%
Outros Ativos Circulantes	6.850	0%	-86%	50.657	1%
Instrumentos Financeiros Derivativos	85.591	2%	160%	32.958	1%
Despesas Antecipadas	10.053	0%	-22%	12.829	0%
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.718.009</b>	<b>41%</b>	<b>-1%</b>	<b>1.731.376</b>	<b>49%</b>
Aplicações Financeiras	14.632	0%	141%	6.062	0%
Contas a receber de clientes	17.895	0%	-17%	21.497	1%
Impostos e Contribuições a Recuperar	112.756	3%	-22%	144.439	4%
Ativos mantidos para venda	111.548	3%	1%	110.568	3%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.381	1%	290%	14.208	0%
Depósitos de Demandas Judiciais	28.248	1%	-16%	33.801	1%
Outros Ativos Não Circulantes	81.544	2%	-1%	82.376	2%
Despesas Antecipadas	12.720	0%	14%	11.201	0%
Outros Investimentos	2.250	0%	0%	2.250	0%
Ativo Imobilizado	1.274.584	30%	-2%	1.295.633	37%
Ativo intangível	6.451	0%	-31%	9.341	0%
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.211.491</b>	<b>100%</b>	<b>19%</b>	<b>3.544.412</b>	<b>100%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.328.981</b>	<b>32%</b>	<b>-54%</b>	<b>2.890.104</b>	<b>82%</b>
Fornecedores Local	0	0%	n.a.	0	0%
Fornecedores	801.203	19%	421%	153.743	4%
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	41.819	1%	-93%	595.833	17%
Empréstimos e Financiamentos	120.977	3%	-93%	1.845.140	52%
Instrumentos Financeiros Derivativos	183.670	4%	19%	154.084	4%
Salários e encargos sociais	49.767	1%	18%	42.306	1%
Impostos e contribuições a recolher	25.827	1%	57%	16.470	0%
Imposto de renda do exercício corrente	0	0%	n.a.	0	0%
Dividendos a pagar	24.429	1%	-1%	24.560	1%
Adiantamentos de Clientes	37.520	1%	287%	9.704	0%
Outros passivos circulantes	43.769	1%	-9%	48.264	1%
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.993.988</b>	<b>47%</b>	<b>402%</b>	<b>397.298</b>	<b>11%</b>
Fornecedores	604	0%	2057%	28	0%
Empréstimos e Financiamentos	1.807.001	43%	n.a.	-	0%
Impostos e contribuições a recolher	0	0%	n.a.	0	0%
Provisão para demandas judiciais	186.205	4%	-2%	189.454	5%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	0%	n.a.	207.351	6%
Outros passivos não circulantes	178	0%	-62%	465	0%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>888.522</b>	<b>21%</b>	<b>246%</b>	<b>257.010</b>	<b>7%</b>
Capital social	1.979.376	47%	43%	1.382.990	39%
Debêntures Conversíveis em ação	110.602	3%	n.a.	0	0%
Reservas de Reavaliação	218.917	5%	-3%	226.827	6%
Reservas de lucros	-	0%	n.a.	0	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.005.276)	-24%	-6%	(1.065.570)	-30%
Ações em Tesouraria	(741)	0%	0%	(741)	0%
Prejuízos Acumulados	(414.356)	-10%	45%	(286.496)	-8%

Participação de acionistas não controladores	0%	n.a.	0	0%	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>4.211.491</b>	<b>100%</b>	<b>19%</b>	<b>3.544.412</b>	<b>100%</b>

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

### Ativo Circulante

O Ativo Circulante totalizou R\$2.493,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumento de 38% em relação aos R\$1.813,0 milhões de 31 de dezembro de 2016, com resultado dos efeitos detalhados abaixo.

O Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2017 representou 59% do Ativo Total, comparado com 51% em 2016.

#### Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Curto Prazo

No fechamento do ano de 2016, a Companhia apresentou Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$384,0 milhões, um aumento de 66,4% em comparação ao ano anterior, quando foi registrado R\$230,7 milhões, parcialmente explicado pelo aporte de capital na Companhia no montante de R\$352.359 mil, referente à emissão de ações.

#### Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber totalizaram R\$371,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, valor 18% inferior aos R\$452,6 milhões registrados no fim do ano anterior, principalmente em função da retração do mercado interno e consequentemente a redução da receita líquida.

#### Estoques

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de hedge de estoques, as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela taxa de câmbio do fechamento do mês.

Em 31 de dezembro de 2016, os Estoques tiveram aumento de 65%, passando de R\$937,4 milhões em 2016 para R\$1.547,0 milhões em 2017, deve-se principalmente a entrada de concentrado de cobre atrelados à exportação de cátodo, totalmente penhorados, compensados parcialmente pela venda de produtos acabados e menor estoque em trânsito.

#### Impostos e Tributos a Recuperar

O saldo de impostos e tributos a recuperar variou 22%, para R\$88,6 milhões em 2017, de R\$72,7 milhões em 2016, substancialmente em decorrência de (i) saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), gerados em suas operações na unidade de Santo André – SP, no qual a Companhia está atuando para desenvolver operações para consumo deste crédito e (ii) saldo credor de Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras).

### **Ativo Não Circulante**

O Ativo Não Circulante totalizou R\$1.718,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 comparado com R\$1.731,4 milhões em 2016, houve uma redução de 1% em relação ao ano anterior, principalmente em:

O Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2017 representou 41% do Ativo Total, comparado com 49% em 2016.

#### Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

Aumento de R\$41,2 milhões, de R\$14,2 milhões de 2016 para R\$55,4 milhões em 2017, explicado pela reversão de provisão de perda reconhecida pela Companhia em 2016 reduzido pela utilização do diferido para liquidação do PERT.

#### Os impostos a recuperar não circulante

Reduziu em R\$31,7 milhões, de R\$144,4 milhões em 2016 para R\$112,8 milhões em 2017, explicado pela reversão do saldo a receber de R\$ 32,1 milhões referente a restituição de valores da taxa de licença de importação (TLI), decorrente de Ação Judicial de Repetição de Indébito movida em face da União Federal

#### Imobilizado e Intangível

Em 31 de dezembro de 2017, o Imobilizado e Intangível totalizou R\$1.281,0 milhões, queda de 2% em relação a 31 de dezembro de 2016, quando o montante registado foi de R\$1.305,0 milhões, devido principalmente à provisão para perdas e depreciação/amortização no período acrescido da entrada de novos projetos.

#### Ativo Mantidos para Venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R\$111,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$110,9 milhões em 31 de dezembro de 2016), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização. Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e a Companhia tem intensificado suas ações para monetização dos referidos imóveis, pois são parte do plano da Companhia para readequação de sua estrutura de capital.

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

### **Passivo Circulante**

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$1.329,0 milhões, 54% abaixo dos R\$2,890,1 milhões de 31 de dezembro de 2016, redução de R\$1.561,1 milhões principalmente pela classificação de empréstimos e financiamento entre passivo circulante e não circulante, que em 31 de dezembro de 2016 estava integralmente classificado no passivo circulante, em função do não atendimento dos covenants, bem como default das demais dívidas:

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2017 representou 32% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, comparado com 82% em 2016.

### Fornecedores e Operações com Forfait e Cartas de Crédito

Fornecedores totalizaram R\$801,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$647,5 milhões em comparação com o ano de 2016, R\$153,7 milhões, compensado com a queda de R\$554,0 milhões em Operações com Forfaiting e Carta de Crédito que em 2017 totalizava R\$41,8 milhões, 93% menor do que R\$595,8 milhões de 2016.

### Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo total atualizado foi integralmente classificado no passivo circulante totalizando R\$1.845,1 milhões em função do não atendimento dos covenants, bem como default das demais dívidas. Em 2017, após o processo de reperfilamento das dívidas, o saldo e a correta classificação entre passivo circulante e não circulante, o passivo circulante totaliza R\$121,0 milhões.

### Impostos e Contribuições a Recolher

A rubrica Impostos e Contribuições a Recolher totalizou R\$25,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumento 57% contra um saldo de R\$16,5 milhões no final de 31 de dezembro 2016, principalmente pelo registro de Imposto de Renda do Exercício Corrente da controlada CDPC.

### Outras Contas a Pagar

A rubrica de outras contas a pagar totalizou R\$43,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, redução de 9%, contra o saldo de R\$48,2 milhões no final de 31 de dezembro 2016, e neste grupo temos registrados valores a pagar correspondentes a:

- i) Provisões Diversas tais como R\$6,9 milhões referente gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré;
- ii) Provisão de serviços de honorários advocatícios R\$11,8 milhões;
- iii) Comissões sobre vendas R\$9,0 milhões.

### Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante teve aumento de 246%, atingindo R\$1.994,0 milhões ao final de 2017 comparado com R\$397,3 milhões de 2016, face a correta classificação entre passivo circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, após o processo de reperfilamento das dívidas.

O Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2017 representou 47% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, comparado com 11% em 2016.

### Provisão para Contingências

As Provisões para Contingências reduziram em 4%, atingindo R\$186,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 contra R\$189,4 milhões no final do ano anterior, devido principalmente a diminuição das causas tributárias.

## Patrimônio Líquido

Encerramos 2017 com Patrimônio Líquido de R\$888,5 milhões, 246% maior que os R\$257,0 milhões registrado no final de 2016, em função do aporte de capital de R\$352,4 milhões e da conversão de dívidas em debêntures conversíveis em ações no total de R\$360,0 milhões e prejuízos acumulados no período.

Análise do Fluxo de Caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Fluxos de Caixa (em milhões de R\$, exceto percentuais)	2017	AH R\$	AH %	2016
Caixa Líquido Atividades Operacionais	113.646	583.480	124%	(469.834)
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(42.194)	(219.388)	-124%	177.194
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	131.275	(50.476)	-28%	181.751
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes</b>	<b>202.727</b>	<b>313.616</b>	<b>283%</b>	<b>(110.889)</b>

As Atividades Operacionais resultaram em R\$112,7 milhões, decorrente principalmente de (i) ingresso de recursos provenientes das operações com fornecedores em R\$640,1 milhões em 2017 enquanto em 2016 foram liquidadas operações no valor de R\$134,9 milhões, (ii) aplicação de recursos do caixa nos estoques no valor de R\$613,5 milhões em 2017, enquanto, em 2016 houve uma geração de caixa dos recursos aplicados em estoques em R\$555,0 milhões e (iii) ingresso de recursos líquidos nas operações com clientes, contas a receber mais adiantamentos de clientes, no valor de R\$130,0 milhões em 2017 comparado com quitações das obrigações com clientes que efetuaram adiantamentos em 2016 no valor de R\$255,3 milhões.

Nas Atividades de Investimentos, houve redução de R\$5,1 na aplicação de recursos em adições de imobilizado sendo R\$106,2 milhões de 31 de dezembro de 2017 contra R\$111,4 milhões em 2016, e houve resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras em 2017, que totalizou R\$40,9 milhões de ingresso, enquanto que para o mesmo período de 2016 o resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras totalizou R\$311,7 milhões de ingresso.

As atividades de financiamentos, decorrente de amortização de empréstimos e encargos financeiros no ano de 2017, houve redução de caixa de R\$215,7 milhões, enquanto no mesmo período de 2016 houve um aumento líquido de R\$ 181,7 milhões com o ingresso de R\$1.176.0 milhões e amortização de principal e juros de R\$994,3 milhões. Em 2017, o não ingresso de novos empréstimos se deve ao cenário de redução dos limites de créditos com bancos no contexto de reperfilamento da dívida. Houve ainda em 2017 a entrada de recursos na ordem de R\$347,0 referente ao aporte de capital.

- a. Resultados das operações do emissor, em especial:
  - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Temos somente um segmento operacional que é o cobre.

Abertura da nossa receita é apresentada por Cobre primário e produtos de cobre, denominados componentes de receita.

O volume (em toneladas) de vendas por tipo de produto encontra-se detalhado abaixo:

<i>Volume de vendas - em toneladas</i>	2016	2017	2018
<b>Cobre Primário</b>	<b>106.796</b>	<b>59.614</b>	<b>57.246</b>
Mercado Interno	10.459	15.078	8.729
Mercado Externo	95.902	43.850	48.481
Transformação	435	686	36
<b>Produtos de Cobre</b>	<b>135.787</b>	<b>99.230</b>	<b>116.311</b>
<b>Vergalhões, Fios e outros</b>	<b>93.507</b>	<b>60.634</b>	<b>77.060</b>
Mercado Interno	46.704	31.115	40.423
Mercado Externo	42.550	24.169	27.874
Transformação	4.253	5.350	8.763
<b>Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões</b>	<b>42.280</b>	<b>38.596</b>	<b>39.251</b>
Mercado Interno	19.681	17.534	15.414
Mercado Externo	9.039	10.414	11.514
Transformação	13.560	10.648	12.323
<b>Volume de Vendas Total</b>	<b>242.583</b>	<b>158.844</b>	<b>173.557</b>
<i>% da Produção Total</i>	<i>84,0%</i>	<i>82,7%</i>	<i>84,6%</i>
<b>Coprodutos</b>	<b>902.388</b>	<b>652.651</b>	<b>658.196</b>
Mercado Interno	901.578	651.960	633.161
Mercado Externo	810	691	25.035

## 10.2 Resultado operacional e financeiro

A abertura da Receita Líquida por tipo de produto e mercado destino encontra-se detalhado a seguir:

<i>Receita Líquida (R\$ milhões)</i>	2016	2017	2018
<b>Cobre Primário</b>	<b>1.895,7</b>	<b>1.235,5</b>	<b>1.530,6</b>
<i>% das Receitas</i>	<i>41,3%</i>	<i>35,2%</i>	<i>32,1%</i>
Mercado Interno	227,7	337,2	229,1
Mercado Externo	1.667,9	898,3	1.301,5
Transformação	0,1	0,0	0,0
<b>Produtos de Cobre</b>	<b>2.177,9</b>	<b>1.822,4</b>	<b>2.499,2</b>
<i>% das Receitas</i>	<i>47,5%</i>	<i>51,9%</i>	<i>52,4%</i>
<b>Vergalhões, Fios e outros</b>	<b>1.574,1</b>	<b>1.143,5</b>	<b>1.715,5</b>
Mercado Interno	852,9	630,8	1.004,5
Mercado Externo	713,5	504,6	694,6
Transformação	7,6	8,2	16,4
<b>Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões</b>	<b>603,8</b>	<b>678,8</b>	<b>783,6</b>
Mercado Interno	390,7	416,1	442,6
Mercado Externo	169,0	222,9	297,2
Transformação	44,2	39,8	43,8
<b>Coprodutos</b>	<b>512,8</b>	<b>450,5</b>	<b>736,1</b>
<i>% das Receitas</i>	<i>11,2%</i>	<i>12,8%</i>	<i>15,4%</i>
Mercado Interno	148,3	121,5	188,1
Mercado Externo	364,6	329,0	547,9
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>4.586,5</b>	<b>3.508,5</b>	<b>4.765,8</b>
Mercado Interno [%]	35,3%	42,9%	39,1%
Mercado Externo [%]	63,6%	55,7%	59,6%
Transformação [%]	1,1%	1,4%	1,3%

Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

#### 2018

O resultado líquido foi de R\$323,4 milhões negativo, representado por uma margem líquida sobre a receita de -6,8%, uma piora de melhora de 2,9 p.p quando comparada com o ano de 2017. Vale ressaltar que o resultado negativo apresentado no período refere-se aos impactos não monetários da variação cambial sobre as dívidas de longo prazo totalizaram R\$231,2 milhões.

#### 2017

O resultado líquido foi de R\$135,7 milhões negativo, representado por uma margem líquida sobre a receita de -3,9%, uma melhora de 4,3 p.p quando comparada com o ano de 2016. Vale ressaltar que o resultado negativo apresentado no semestre foi impactado pela queda do volume de produção e consequentemente em uma ociosidade de R\$182,9 milhões.

#### 2016

Os resultados operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram os mais afetados em decorrência da menor disponibilidade de liquidez e pior atividade econômica nacional, período em que estas ficaram mais latentes. No ano de 2016 houve uma queda significativa no resultado líquido da Companhia, de um lucro líquido de R\$134,8 milhões em 2015 para um prejuízo líquido em 2016 de R\$373,2 milhões devido, principalmente, pelas quedas nas receitas somado ao aumento das despesas operacionais, resultado financeiro líquido e pela provisão de baixa do imposto de renda diferido no montante de R\$278,4 milhões em 2016.

### **Setor de Cobre**

O uso global de cobre refinado em 2019 deverá crescer 3,0% ante 2,1% no ano de 2017. As tensões políticas continuam sendo uma característica dos mercados ao longo dos últimos meses, levando à volatilidade contínua dos preços no complexo de metais básicos da LME, incluindo o cobre. A economia global segue robusta, mas ações protecionistas podem comprometer a demanda.

Embora a China continue sendo primordial para a nossa previsão, dado que representa 48% do consumo mundial refinado, continuará com utilização das fábricas alta, mas oferece risco de retaliações comerciais.

Em 2017, o avanço deu-se principalmente no setor de condutividade elétrica, representando mais de 75% das 30 milhões de toneladas da demanda mundial de cobre em todas as formas (consumo refinado e uso direto de sucata). O crescimento global do consumo de eletricidade acelerado pode impulsionar a demanda de cobre por ser mais difícil a substituição por materiais alternativos. Além disso o rápido crescimento de venda de frotas de veículos elétricos com maior consumo de cobre que os carros convencionais e híbridos. Devido à megatendência automobilística de eletro mobilidade e direção autônoma, os fabricantes de chicotes elétricos, há previsão de aumento contínuo de consumo em 5% aquecendo as indústrias de cabeamento automotivo, com possibilidade de investimento em novas fábricas e contribuição na geração de empregos, ou seja, a indústria automobilística voltará a ter resultados positivos.

Fatores que podem afetar o preço do cobre primário no ano de 2019 são a oferta limitada de catodo de cobre, estoques relativamente baixos nas Bolsas, Smelters com anuncio de paradas não programadas e limitação nas disponibilidades de sucata de cobre da China.



## TC/RC

O benchmark do TC/RC para 2018 foi negociado a US\$82,25/t e 8,225US\$ cents/lb, registrando queda de 18% com relação a 2017. Benchmarking TC/RC para 2019 a US\$ 80,8 e 8,08US\$ cents/lb

## Cenário Brasileiro

No cenário nacional, segundo IBGE, a produção industrial encerrou 2018 com crescimento de 1,1%, recuo de 1,4% contra 2017. 13 dos 26 ramos industriais registraram crescimento, com destaque ao setor automobilístico que cresceu expressivo 12,6% no período, seguido dos setores de metalurgia, produção de papel, indústrias extrativas e farmoquímicos. Entre as grandes categorias econômicas, tiveram destaque os desempenhos de bens de consumo (+7,6%) e bens de capital, (+7,4%), com o impulso no crescimento da indústria automotiva e de eletrodomésticos. Reação após 15 meses de quedas e com previsão dos analistas de crescimento de 3,04% ao mês para 2019.

Inflação controlada, parada na queda do PIB e manutenção do juro real, fazem também haver um olhar mais positivo para novo ano, com nova Presidência e nova bancada no Congresso com a expectativa da Reforma da Previdência e ajustes Fiscais necessários para estabilizar a dívida pública, também contribuindo para entrada de investimento, recuperação robusta no nível de investimento em infraestrutura (privatizações e concessões), melhora da produtividade total dos fatores (educação) e maior abertura da economia.

Com relação ao mercado externo, geograficamente espera-se que a China continue a ser o principal impulsionador do crescimento da demanda de cobre. No entanto, persistem preocupações para uma desaceleração na atividade econômica chinesa e investimentos pós crise. Os cenários para China oferecem benefícios e riscos ao Brasil, como economia menos alavancada, câmbio mais flexível e manutenção em investimentos de infraestrutura. Em 2019, o cobre segue negociado no intervalo de US\$5.900 e US\$6.200 por tonelada.

Contudo, no longo prazo, deve prevalecer a expectativa de que a demanda internacional de cobre continue crescendo pelas novas aplicações em infraestrutura de telecomunicações e geração / transmissão de energia, sobretudo no ramo automobilístico, o que corrobora com a estratégia de continuar o desenvolvimento de mercados exportadores como forma de otimizar o balanço entre exportações e vendas domésticas, enquanto mantendo a produção à plena capacidade.

Assim, a Companhia espera alcançar reestabelecer a capacidade de produção diante da manutenção realizada nas caldeiras em 2018 na unidade de Dias D'Ávila e as programadas em 2019, otimizando a planta de Utinga e sustentando o aumento dos volumes de vendas, principalmente no mercado doméstico.

## Mix de Produtos e de Mercados

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado à 31 de dezembro de 2017

Como resposta a uma menor disponibilidade de matéria prima para a produção, o Volume de Vendas Total no ano de 2018 atingiu 173,6 mil toneladas, representando alta de 9% em comparação ao ano de 2017, com foco na estratégia de otimizar os recursos disponíveis em produtos de maior valor agregado, diminuindo a disponibilidade de Catodo e priorizando a venda de Fios e Vergalhões.

Em Cobre Primário, o aumento de 3% no ano na produção de cobre primário é decorrente do aumento da confiabilidade e desempenho do Smelter, após as intermitências e a manutenção programada ocorrida no primeiro semestre de 2018 que consumiram ao todo 74 dias. A Companhia comercializou 57,2 mil toneladas no ano de 2018, queda de 4% comparadas ao ano anterior. Do total das vendas deste componente no ano, 85% destinaram-se ao mercado externo e 15% ao mercado interno.

Em Produtos de Cobre, foi comercializado 116,3 mil toneladas no ano de 2018, aumento de 17% comparado ao ano de 2017, explicado em função da efetividade de estratégia comercial, com destaque para o melhor desempenho do volume de vendas de Vergalhões, Fios e Outros. Do total das vendas deste componente, 66% foram direcionadas para o mercado interno e 34% para o mercado externo.

Em Coprodutos, o volume de vendas atingiu 658,2 mil toneladas no ano de 2018, aumento de 1% comparado ao ano de 2017.

Após a Manutenção Programada, a produtividade e a confiabilidade da planta foi reestabelecida e com isso foi possível atingir o Volume de Produção no ano de 2018 de 295,4 mil toneladas, crescimento de 6% em relação a 2017 com 279,0 mil toneladas. OEE médio (Nível de Eficiência da Planta) da unidade de Dias d'Ávila após a Manutenção Programada foi de aproximadamente 70%, confirmando a maior confiabilidade da planta.

A produção de Cobre Primário acumulou 147,1 mil toneladas no ano, um aumento de 3% em relação ao ano anterior.

No caso de Produtos de Cobre, a produção foi de 148,3 mil toneladas, aumento de 9% em relação a 2017, principalmente impactada pela redução nas vendas de Vergalhões e Fios.

### **Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado à 31 de dezembro de 2016**

Como resposta a uma menor disponibilidade de matéria prima para a produção, o Volume de Vendas Total no ano de 2017 atingiu 158,9 mil toneladas, representando uma redução de 35% em comparação ao ano de 2016, principalmente impactando as exportações de Cobre e volume de coprodutos.

Em Cobre Primário, a Companhia comercializou 59,6 mil toneladas no ano de 2017, queda de 44% comparadas ao ano anterior. Do total das vendas deste componente no ano, 74% destinaram-se ao mercado externo e 26% ao mercado interno.

Em Produtos de Cobre, foi comercializado 99,2 mil toneladas no ano de 2017, queda de 27% comparado ao ano de 2016. Do total das vendas deste componente, 65% foram direcionadas para o mercado interno e 35% para o mercado externo.

Em Coprodutos, o volume de vendas atingiu 652,7 mil toneladas no ano de 2017, redução de 28% comparado ao primeiro semestre de 2016.

Em 2017, o volume de produção foi severamente impactado pela indisponibilidade de linhas de crédito para financiamento do capital de giro da Companhia. Entretanto, houve melhora gradativa no volume produzido a partir do 3T17 por conta das operações de trade-in de catodo e pela capitalização da Companhia. Nos meses de outubro e dezembro de 2017 foram realizadas paradas, programadas e não programadas nas plantas, afetando o número de dias de produção, refletindo uma queda pontual de 10% na quantidade produzida do 4T17 em relação ao trimestre imediatamente anterior.

A produção de Cobre Primário acumulou 143,0 mil toneladas no ano, uma queda de 37% em relação ao ano anterior.

No caso de Produtos de Cobre, a produção foi de 136,1 mil toneladas, queda de 22% em relação a 2016, principalmente impactada pela redução nas vendas de Vergalhões e Fios.

A produção total no ano de 2017 foi de 279,0 mil toneladas, 121,1 mil toneladas a menos que no ano de 2016 (-30%), decorrente dos impactos da restrição de caixa e menor volume de produção. Isso resultou em uma produção disponível para venda 29% menor do que no exercício anterior.

Em Coprodutos, produzimos 624,3 mil toneladas no acumulado do ano, queda de 28% em relação ao ano anterior, e 13% inferior quando comparamos 4T17 com 4T16, principalmente devido à queda na produção de cobre primário via utilização de concentrado de cobre como matéria-prima.

A Companhia reconhece que certos riscos financeiros como variação do preço de commodities, taxa de câmbio e taxas de juros são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a política da Companhia é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas e minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O Conselho de Administração conta com o Comitê de Finanças, Riscos e Contingências para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco e garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor, para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o Comitê deve monitorar para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos.

Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerente às dívidas da Companhia;
- Risco cambial e risco de preços de commodities decorrentes das matérias-primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes;
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no exterior e empréstimos, estoques vinculados a commodities cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.

A Política de Gestão de Riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: câmbio, commodities e taxas de juros.

Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de “hedge” uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política.

A Companhia realiza operações de hedge com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de hedge (hedge accounting) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 604 (CPC 38). Nem todas as operações de hedge com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de hedge.

### 10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

#### a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alteração no nosso segmento operacional no exercício de 2018;

#### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve alteração na participação societária no exercício de 2018;

#### c. eventos ou operações não usuais

**PERT** – Programa Especial de Regularização Tributária - Em 18 de julho de 2017, a Companhia aderiu ao PERT, instituído pela Medida Provisória 783/2017. A Companhia optou pela inclusão do processo nº 10805.723.062/2016-57 neste Programa, referente à discussão entre a Companhia e a União em torno da CSLL da incorporada “Caraíba”. Apesar da expectativa de perda ser considerada possível conforme opinião dos assessores jurídicos, como o débito teve sua discussão parcialmente encerrada na esfera administrativa, impedia a Companhia de obter Certidão de Regularidade Fiscal. Além disso, o contexto fático e jurídico do débito se diferenciava em relação aos demais casos de CSLL, pois somente neste processo a autuação fiscal ocorreu depois do trânsito em julgado da Ação Rescisória em desfavor da Caraíba. Portanto, a Companhia aderiu ao Programa optando em pagar o débito no valor total de R\$186.776, sendo 20% à vista no valor de R\$37.355 dividido em 5 parcelas mensais e sucessivas de R\$7.471, com o vencimento da última parcela para 30 de novembro de 2017, corrigido pela Selic, e o restante de 80% no valor de R\$149.421 compensados com créditos de prejuízo fiscal de anos anteriores.

A Companhia reconheceu a contingência como provável no valor total de R\$ 186.776, na rubrica de provisão para demandas judiciais em outras despesas operacionais, na DRE, aderindo ao PERT na opção de utilizar o prejuízo fiscal.

Em 31 de dezembro de 2016, conforme nota explicativa 26.1.a, havia uma provisão para perda do prejuízo fiscal no montante de R\$278.401. Com a adesão ao PERT, sendo possível a utilização de créditos, a Companhia reconheceu o direito no valor de R\$149.421, na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos no DRE, o suficiente para compensar o valor do débito.

**SEMASA** - Ação movida contra o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André-SEMASA para extinguir prospectivamente a cobrança indevida da taxa de coleta de esgoto das suas unidades de Utinga e Capuava e cobrar a devolução do valor pago nos últimos 20 anos, em dobro. Foi iniciada a execução provisória em outubro de 2014. O montante de R\$40.5 milhões está registrado como precatório municipal.

**Prefeitura de Manaus** - Ação ordinária movida contra o Município de Manaus, visando o recebimento dos valores devidos em virtude da realização das Obras Complementares do Complexo Viário das Flores. A Companhia obteve decisão definitiva quanto ao recebimento dos valores devidos pelo município. Está pendente decisão relativa aos recursos interpostos pelo município, que contesta a forma de atualização dos valores devidos à Companhia.

#### a. mudanças significativas nas práticas contábeis Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018

Não ocorreram mudanças nas políticas contábeis com impactos relevantes para a Companhia e suas controladas.

## Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas, alterações e interpretações terão vigência a partir de janeiro de 2019. A Companhia analisou os potenciais impactos da adoção destas novas normas.

**a)** IFRS 16 (CPC 06R2) Operações de arrendamento mercantil – A IFRS 16 estabelece que em todos os arrendamentos, com limitadas exceções, o arrendatário deve reconhecer um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um direito de uso correspondente ao ativo subjacente. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo a IAS 17.

A Companhia adotará a norma na transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo objeto seja de baixo valor, mensurando o direito de uso do ativo de igual valor ao passivo de arrendamento ajustado ao valor presente, utilizando a taxa de custo médio ponderado de capital nacional, divulgado separadamente no Balanço Patrimonial. Na Demonstração do Fluxo de Caixa os arrendamentos, antes classificados como atividades operacionais, passarão a ser considerados como atividades de financiamentos.

Este pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2019, e a Companhia, com base nas revisões dos contratos, demonstra no quadro abaixo os valores envolvidos na adoção inicial.

Saldos dos contratos em 01 de janeiro de 2019	Direito de Uso do Ativo	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor Presente do Passivo	Vigência até
Locação Aindame + Montagem e Desmontagem	1.763	1.887	124	fev-20
Locação Caminhão Munck	502	535	33	jan-20
Locação Sala Comercial	1.177	1.480	303	mar-23
Locação de Empilhadeiras-BA	2.965	3.421	456	jul-21
Locação de Empilhadeiras-ES	118	151	33	ago-23
Locação de Empilhadeiras-RJ	435	502	67	jul-21
Locação de Empilhadeiras-SP	131	146	16	dez-20
Locação de Empilhadeiras-SP	4.211	5.384	1.172	jul-23
Locação de Guindastes-BA	910	978	68	mar-20
Locação de rádios de comunicação-BA	251	262	10	ago-19
Locação de veículos da Diretoria	585	680	96	set-21
Locação Plataformas Elevatórias-BA	715	772	57	abr-20
Locação de Equipos p/ movimentação Interna	20.947	24.591	3.644	nov-21
	<u>34.710</u>	<u>40.789</u>	<u>6.079</u>	

**b)** IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro: Esclarece a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o IAS - 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quanto a nova interpretação IFRIC 23 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

Não há outras IFRS ou interpretações IFRIC que impactem as demonstrações financeiras da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

**Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017**

Não ocorreram mudanças nas políticas contábeis com impactos relevantes para a Companhia e suas controladas.

**Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016**

Não ocorreram mudanças nas políticas contábeis com impactos relevantes para a Companhia e suas controladas.

**Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve ressalvas no relatório do auditor independente em relação às nossas demonstrações financeiras de 2016, 2017 e 2018, consolidadas e individuais.

**2018**

O relatório do auditor independente apresentou os seguintes parágrafos de Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**"Operação Zelotes" e seus reflexos na Companhia (Nota 01)****Porque é um PAA**

Em conexão com a investigação deflagrada pela Polícia Federal, no contexto da denominada "Operação Zelotes" que versa sobre esquema de corrupção no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (CARF), a Companhia foi citada em notícias veiculadas na mídia. O Conselho de Administração da Companhia determinou a instauração de uma investigação interna com a supervisão direta do Comitê de Auditoria e que também contou com o apoio de assessores externos especializados, para apuração dos fatos.

Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em função de poucas informações disponíveis, das limitações inerentes aos processos de investigações internas que são particularmente

significativas, bem como das eventuais consequências de identificação de violações de leis e de regulamentos por parte de autoridades e que resultariam em multas, sanções, penalidades, litígios e/ou restrições em negócios futuros da Companhia dos diversos órgãos jurisdicionais e/ou administrativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

A partir das alegações que chegaram ao nosso conhecimento, discutimos com o Comitê de Auditoria as respostas que seriam dadas pelos órgãos de governança da Companhia.

Com base em testes, revisamos as principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelo Comitê de Auditoria juntamente com seus assessores externos independentes.

Nossos especialistas em forensics nos auxiliaram a entender o escopo e a abrangência da investigação, os procedimentos e metodologias utilizados, inclusive quanto aos aspectos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas.

Nos reunimos com os advogados da Companhia para entender o prognóstico do caso julgado no CARF, caso ocorra uma eventual reabertura do processo.

Efetuamos reuniões com a alta administração e o Comitê de auditoria para discutir o resultado da referida investigação, bem como sobre as divulgações nas Demonstrações Financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, concluímos que as divulgações relacionadas são consistentes com as informações por nós obtidas e razoáveis no contexto das demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Covenants (Nota 15)

Porque é um PAA

Em 2017 a Companhia concluiu a reestruturação de suas dívidas ao assinar o Contrato Global de dívida junto aos seus credores. Esse contrato apresenta cláusulas restritivas (Covenants financeiros e não financeiros). Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia não cumpriu os Covenants financeiros, que será a partir de 30 de junho de 2019.

De acordo com informações obtidas da administração, e com base nas projeções de fluxo de caixa e orçamentos aprovados pelo Conselho de administração, a Companhia terá condições de atender aos covenants a partir de junho 2019.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude: (i) da incerteza acerca do cumprimento dos Covenants financeiros pela Companhia; (ii) da incerteza existente sobre a continuidade operacional da Companhia, caso ocorra o vencimento antecipado da dívida.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos aprovados e divulgados.

Entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, da projeção do fluxo de caixa, bem como obtenção



de explicações em relação aos volumes e preços utilizados nas projeções e considerados como principais premissas.

Análise da consistência das informações com os valores realizados de anos anteriores.

Análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários de volumes e preços, entre outros.

Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Processos judiciais e contingências (Nota 18)

Porque é um PAA

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam provisões no montante de R\$ 174.160 mil relacionadas a processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda foi classificada como provável.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte em processos com prognóstico de perdas classificadas como possíveis, no montante de R\$ 1.238.810 mil (2017 R\$ 1.961.964), dentro os quais destaca-se os processos administrativos sobre o recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no valor de R\$ 348.022 mil.

Existe também outro processo relevante envolvendo a Companhia, no qual o prognóstico de perda é considerado pelos consultores jurídicos como possível, a Companhia, apoiada em discussões, relatórios e análises de seus consultores externos, entende que não é praticável estimar assertivamente o desfecho e nem o efeito financeiro envolvendo a presente questão, desta maneira para o referido processo, não foi possível estimar valor.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são partes envolvidas. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa; (ii) dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos e (iii) do impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas caso eventual desfecho desfavorável de demandas judiciais relevantes com expectativa de perda possível sejam materializados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências. Entre outros procedimentos, envolvemos nossa equipe de



especialistas na área tributária e cível, conforme apropriado, para leitura e discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por assessores jurídicos internos e externos à Companhia.

Analisamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados por meio de avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia, análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação desses valores, que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia obtidas por meio de confirmação externa dos processos, valores e classificações de risco de perda, junto aos advogados que patrocinam os processos, bem como dados e informações históricas disponíveis.

Reuniões com os órgãos de governança da Companhia para discutir o assunto, obter o entendimento da administração, das políticas utilizadas e expor nossa visão sobre os assuntos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, incluindo a classificação desse tema como estimativa contábil crítica em virtude das incertezas envolvidas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Contabilidade de hedge ("hedge accounting")

Porque é um PAA

Conforme descrito na Nota 27, a Companhia designa instrumentos financeiros para hedge accounting com o intuito de se proteger dos riscos de preços de commodities e cambial, dentre eles, o hedge de valor justo dos estoques e o hedge de fluxo de caixa de receitas em dólares.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava o montante de R\$ 967.928 mil, líquido dos efeitos tributários, reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido referente a contabilidade de hedge de fluxo de caixa de receitas.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude do significativo grau de julgamento das informações e premissas utilizadas para a designação dos instrumentos e respectivos testes de efetividade dos diversos programas existentes, com prazos estimados de realização de até 19 anos para a contabilidade de hedge.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos o entendimento da política e dos principais controles relacionados ao processo de contabilidade de hedge. Com relação aos testes de detalhes em operações ou transações, os trabalhos foram executados com o apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de instrumentos financeiros e, em base amostral, nossa abordagem envolveu, dentre outros, os seguintes principais procedimentos: Avaliação da aplicação da contabilidade de hedge pela Companhia vis-à-vis os requisitos estabelecidos pelo CPC 38.

Avaliação da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração, incluindo análise de sensibilidade das premissas-chave e avaliação dos potenciais impactos dentro de um intervalo de possíveis resultados.

Análise da documentação preparada pela administração que suporta a designação dos instrumentos financeiros.

Recálculo de testes de efetividade prospectivo e retrospectivo.

Recálculo do valor justo dos instrumentos financeiros e confronto dos valores mensurados com os apresentados em notas explicativas, com o apoio de nossos especialistas.

Avaliação da adequação das divulgações relativas à contabilidade de hedge.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela administração são razoáveis e as divulgações em notas explicativas apropriadas.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

Porque é um PAA

Conforme descrito na Nota 25 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2018, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 177.395 mil (Consolidado), já líquidos dos passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos. A Administração elaborou análises para verificar a recuperabilidade desses ativos fiscais diferidos, conforme determina o Pronunciamento Técnico Contábil CPC 32 "Tributos sobre o Lucro" e da Instrução CVM 371 que dispõe sobre o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Tais análises indicam que o aproveitamento desses créditos ocorreria apenas a partir de 2020 e por um período de no máximo 10 anos.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) as estimativas utilizadas pela administração baseadas em premissas e julgamentos críticos, (ii) o período distante da data base em que os referidos créditos tributários seriam realizados e (iii) indícios significativos de incertezas associadas a não ser provável que haverá lucros tributários futuros em montante suficiente para a recuperação integral dos ativos diferidos líquidos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

Análise dos motivos que levaram a Companhia a não obtenção de lucro nos últimos anos.

Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, da projeção do fluxo de caixa, bem como obtenção de explicações em relação aos volumes e preços utilizados na projeção e considerados como principais premissas. Análise da consistência das informações com os valores realizados de anos anteriores.

Análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários de dólar e LME, entre outros.

Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas

Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos era apropriada, tendo como referência a legislação tributária vigentes.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que no tocante à sua recuperabilidade, os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

ICMS a recuperar

Porque é um PAA

Conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2018 saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) no montante de R\$ 141.171 mil os quais referem-se, substancialmente, aos créditos gerados em suas operações na unidade de Santo André - SP. A Companhia está atuando para realizar tais créditos, com a operação de importação de catodos via drawback para atender as exportações de produtos de cobre. Além disso, também com a finalidade de evitar o acúmulo destes créditos, a Companhia desistiu do Regime Especial que permitia a redução da base de cálculo do ICMS nas saídas e voltará a aplicar a alíquota de 18% em operações internas no Estado de São Paulo com tubos e laminados.

A Companhia também reverteu a provisão para perda estimada do valor recuperável no montante de R\$ 7.897, provisionada em 31 de dezembro de 2016, como deságio estimado para a futura comercialização desses créditos, visto que não há mais a intenção de venda dos referidos créditos. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) as estimativas utilizadas pela Administração baseadas em premissas e julgamentos críticos, (ii) o período distante da data base em que os créditos tributários serão realizados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

Utilização de nossos especialistas tributários como suporte para avaliação das premissas-chave e dos critérios adotados pela Companhia. Análise dos motivos que levaram a Companhia ao acúmulo dos créditos de ICMS.

A razoabilidade e efetividade das ações iniciadas pela Companhia para utilização dos saldos acumulados, já verificados em nosso teste de eventos subsequentes. Até 31 de janeiro de 2019, a Companhia realizou cerca de 4.000 mil. Análise de sensibilidade das projeções efetuadas pela Companhia. Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

## **2017**

O relatório do auditor independente apresentou os seguintes parágrafos de ênfase:

Em 2016, a Companhia iniciou processo de reestruturação financeira. Prejuízos repetitivos nas operações e o excesso de passivos sobre ativos circulantes até então apresentados, entre outras condições, geraram dúvidas sobre a capacidade de a Companhia continuar em operação.

Durante o terceiro trimestre de 2017, com a oferta pública de distribuição primária de ações, colocação de debêntures e reperfilamento da dívida, foi concluída pela administração a reestruturação de capital e de equalização do endividamento da Companhia. Adicionalmente, a administração possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras, de auferir lucros operacionais e gerar liquidez.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude: (i) da relevância do processo da reestruturação de capital e endividamento da Companhia; (ii) da incerteza até então existente sobre a continuidade operacional da Companhia; (iii) da manutenção do pressuposto da continuidade operacional na preparação das demonstrações financeiras e respectivos eventuais impactos na mensuração dos ativos e passivos da Companhia e (iv) do impacto da reestruturação nos fluxos de caixa futuro da Companhia que suportam os testes de impairment de ativos de longo prazo.

Demandas judiciais com risco possível de perda

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam provisões no montante de R\$ 186.205 mil relacionadas a processos judiciais cuja expectativa de perda foi classificada como provável.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte em processos com perdas classificadas como possíveis, no montante de R\$ 1.961.964 mil, concentrados principalmente nas ações sobre o recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e sobre o procedimento arbitral em andamento referente ao contrato com o UBS Pactual S.A. e o Banco Santander S.A.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são parte envolvida. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa; (ii) dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos e (iii) do impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas que causará um eventual desfecho desfavorável de demandas judiciais relevantes com expectativa de perda possível.

## **2016**

O relatório do auditor independente apresentou os seguintes parágrafos de ênfase:

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 373.168 mil individual e consolidado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, descumprimento de cláusulas de covenants com reclassificação do não circulante para o circulante de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras no montante de R\$ 433.464 mil, e o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 1.049.141mil (consolidado – R\$ 1.077.068 mil) em 31 de dezembro de 2016. Essas condições, juntamente com o fato de que uma ou mais premissas utilizadas no plano de negócios podem não se concretizar no futuro, indicam a existência de incertezas significativas que geram dúvidas sobre a capacidade da Companhia continuar em operação. Os

planos da administração da Companhia sobre esse assunto estão descritos na mesma nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Chamamos atenção para a nota explicativa 19, na qual a Companhia divulga que possui diversas demandas judiciais oriundas de suas operações no montante total de R\$1.290,2 milhões, cujos riscos de perdas são avaliados como possíveis com base na opinião de seus assessores jurídicos e, portanto, a Companhia não constituiu provisão para estas demandas judiciais, sendo as principais as seguintes: (i) Ação rescisória pela União com o objetivo de rescindir o acórdão que declarou a inconstitucionalidade da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da Companhia controlada incorporada em 13 de novembro de 2009, a qual não tem sido recolhida desde o exercício de 1989, tendo referida ação rescisória sido julgada procedente à União com o acolhimento do pedido e transitado em julgado em 2010. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a reversão da decisão não trará efeito econômico adverso, considerando que a decisão que desconstituiu o direito da Companhia em não recolher a CSLL não pode retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da Lei 7689/88, motivo pelo qual a Companhia não registrou provisão. Ressaltamos que a Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou cinco autos de infração relativos aos anos calendários de 1994 a 2008, sendo que três deles já são alvos de Execuções Fiscais, devidamente garantidas, por meio de apólice de garantia judicial, as quais foram aceitas pelo juizado competente. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia estima os valores envolvidos em R\$474,6 milhões (R\$483,1 milhões em 31 de dezembro de 2015); (ii) Em 20 de abril de 2009 o Banco Santander Brasil S.A. ("Santander", e em conjunto com BTG Pactual, "Bancos"), apresentaram notificações à Companhia de cobranças, relacionadas aos Contratos de Troca de Parâmetro ("Swap"), no montante de R\$208,5 milhões. A Companhia entende que referido valor não é devido. Em abril de 2010, o Banco Santander iniciou procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC") que, após anulação de sentença favorável ao Banco, requereu a instalação de novo procedimento arbitral. A nova arbitragem foi instituída, passando a tramitar sob o nº 02/2015/SEC1. Em 1º de agosto de 2016, a Direção do CAM-CCBC informou às partes que definiu o valor envolvido na arbitragem em R\$631,7 milhões. O valor informado poderá ser reavaliado a qualquer tempo durante o curso da arbitragem. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### Comentários da Administração

A Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 373.168 mil individual e consolidado, o capital circulante líquido consolidado, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2016 foi negativo em R\$1.077.068 mil (R\$343.542 mil negativo em 31 de dezembro de 2015). Esse aumento decorre principalmente pela reclassificação da totalidade de empréstimos do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$433.464 mil, devido ao não cumprimento das cláusulas de covenants de alguns contratos de dívidas de longo prazo. Esses covenants são objetos de revisão no processo de reperfilamento da dívida e serão redefinidos tendo como base o plano de negócios.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas mantendo-se o pressuposto de continuidade operacional baseado em um plano de negócios que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, bem como ingressos de novos recursos por meio de injeção de capital, novas linhas de crédito, intensificação das ações para monetização de ativos não operacionais, além do reperfilamento da dívida da Companhia e a readequação da estrutura de capital. A Administração acredita que o plano de negócios apresentado esteja adequado, dentro de premissas razoáveis para sua concretização. Ressalta-se, entretanto, que não há previsibilidade quanto a parâmetros exógenos, o que impossibilita a Companhia em prever os efeitos destes sobre sua capacidade de continuar em operação.

Os relatórios dos auditores independentes sobre as informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, datados de 21 de junho de 2017 (referente ao período encerrado em 30 de junho 2017) contiveram ênfase referente a determinadas ações cíveis e tributárias, as quais estão devidamente expostas nos itens 4.3. deste Formulário de Referência, e que a administração da Companhia conta com assessores externos para condução e acompanhamento.

### **10.5 Políticas Contábeis Críticas**

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas contábeis críticas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 12 - Imobilizado: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise substantiva da vida útil;
- Nota 08 – Impostos a recuperar: ações tomadas pela Companhia para realização dos créditos de ICMS;
- Nota 18 - Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 25 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 27 - Instrumentos Financeiros Derivativos: valor justo dos derivativos.

### **Teste de Redução ao Valor Recuperável**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma evidência por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

**Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.**

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos imobilizados, o qual evidenciou que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período, não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos Individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes. Para determinar o valor recuperável dos ativos e conseqüentemente a estimativa contábil de perda, é utilizada metodologia específica para refletir efeitos macroeconômicos no fluxo de caixa futuro, com foco substancial na projeção da geração de caixa. Estas estimativas consideram premissas que envolvem um alto grau de julgamento da Companhia para o tratamento dos preços futuros das commodities, estimativa das taxas de desconto, taxas de perpetuidade, das variações das taxas de câmbio, perspectivas de produção futuras, custos operacionais e financeiros, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui provisão para perda de R\$1.926 referente a máquinas e equipamentos sem uso, já constituída em anos anteriores

### **Provisão para Demandas Judiciais**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como despesa financeira.

A Companhia e suas controladas, com o auxílio de seus assessores jurídicos internos e externos, exercem julgamento significativo na determinação dos valores das provisões a serem constituídas, bem como na divulgação de demandas judiciais não provisionadas, caso a expectativa de perda seja considerada possível. Em função da relevância dos valores envolvidos, dos julgamentos significativos exercidos pela Companhia e suas controladas para constituição das provisões e das divulgações requeridas.

### **Instrumentos Financeiros Derivativos**

Reconhecemos que certos riscos de mercado, como variação do preço de commodities, taxa de câmbio e taxas de juros, são inerentes ao nosso negócio. Entretanto, a nossa política é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O nosso Conselho de Administração conta com o Comitê de Finanças, Riscos e Contingências para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco e garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor, para que todas as exposições ao risco incorridas por nós estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o Comitê deve monitorar para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerentes às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de commodities decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.



- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no Exterior e empréstimos, estoques vinculados a commodities cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.
- Risco de base (Basis Risk) decorrentes de diferenças temporais, de volume, e de indexadores que porventura podem ocorrer entre a contratação e liquidação do instrumento e o objeto de hedge.

A política de gestão de riscos de mercado permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, Commodities e Taxas de Juros.

Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de “Hedge” uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política.

A Companhia realiza operações de hedge com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de hedge (hedge accounting) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 763 (CPC 48). Nem todas as operações de hedge com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de hedge.

#### 10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial;**
- Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d’Ávila, com vencimentos até fevereiro de 2023, e não sujeita a Companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

	2016	2017	2018
Até 1 Ano	1.392	1.304	7.577
de 2 a 6 anos	5.857	4.723	15.154
acima de 6 anos	170	-	9.471
	<b>7.419</b>	<b>6.027</b>	<b>6.027</b>

#### 10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;**
- Natureza e propósito da operação;**
- Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.**



Não aplicável à nossa Companhia, pois não existem itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras, conforme informado no item 10.6.

#### **10.8 Plano de Negócios**

##### **a. investimentos, incluindo:**

##### **i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2016, investimos R\$111,4 milhões em bens de capital e manutenção das operações, a Companhia priorizou os investimentos na manutenção de suas plantas, com objetivo de proporcionar maior estabilidade operacional, porém em função da necessidade de preservar o caixa, adotou postura mais austera, readequando os investimentos à disponibilidade de capital de giro.

Em 2017, investimos R\$106,2 milhões de investimentos em garantia operacional, sendo R\$23,2 mil de projetos mandatórios como segurança do trabalho e meio ambiente, porém em função da necessidade de preservar o caixa, adotamos postura mais austera, readequando os investimentos à disponibilidade de capital de giro.

##### **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Os nossos investimentos são suportados por recursos de terceiros, por meio de linhas especiais de financiamento junto a instituições financeiras, bancos de fomento e bancos de desenvolvimento, complementados com recursos próprios gerados pelas nossas atividades.

Para mais informações sobre as fontes de financiamento de investimento, ver item 10.1.

##### **iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

##### **b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

A aquisição de máquinas e equipamentos, visando a modernização da nossa disponibilidade industrial, conforme divulgado, se dará de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada projeto.

##### **c. novos produtos e serviços, indicando:**

##### **i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não há qualquer pesquisa em andamento.

##### **ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não foram realizados gastos em pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

##### **iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

A implementação do projeto da planta de refino de metais preciosos foi postergada em 2013, podendo ser retomada e submetida a uma reanálise das premissas de viabilidade econômica e de fontes de financiamento caso se confirme as nossas expectativas de agregação de valor.

**iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não foram realizados gastos significativos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**10.9 Outros fatores com influência relevante**

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

**ANEXO II**
**Informações dos candidatos indicados a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal**
**12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela**

	a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF	e. Cargo Eletivo Ocupado	f. Data de eleição	g. Data de posse	h. Prazo do Mandato	i. Outros cargos	j. Eleito pelo controlador	k. Membro Independente	l. Número de Mandatos consecutivos
1	Luiz Tarquinio Sardinha Ferro	28/01/1961	Administrador	238.804.571-15	Conselho de Administração Titular	N/A	N/A	N/A	-	Não	Não	0
2	Maria Aparecida Metanias Hallack	01/05/1961	Engenheira	045.824.818-50	Conselho de Administração Suplente	N/A	N/A	N/A	-	Não	Não	1
3	Marc Bedard (* Dispensa nos termos do §3º do artigo 147 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976)	19/04/1976	Engenheiro	-	Conselho de Administração Titular	N/A	N/A	N/A	-	Não	Não	0
4	Felipe Fidalgo Espasandin (* Dispensa nos termos do §3º do artigo 147 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976)	16/07/1988	Administrador	123.822.277-37	Conselho de Administração Suplente	N/A	N/A	N/A	-	Não	Não	1
5	Haroldo do Rosário Vieira	15/06/1956	Engenheiro	055.748.382-49	Conselho Fiscal Titular	N/A	N/A	N/A	-	Não	N/A	0
6	Carlos Emílio Flesch	21/08/1961	Bancário	318.073.990-87	Conselho Fiscal Suplente	N/A	N/A	N/A	-	Não	N/A	3
7	Marcelo Adilson Tavarone Torresi	08/10/1969	Engenheiro	117.512.988-76	Conselho Fiscal Titular	N/A	N/A	N/A	-	Não	N/A	2
8	Marcos Reinaldo Severino Peters	16/05/1958	Contador	023.120.398-50	Conselho Fiscal Suplente	N/A	N/A	N/A	-	Não	N/A	2
9	Alexandre Xavier Ywata de Carvalho	02/11/1971	Engenheiro	459.065.645-00	Conselho Fiscal Titular	N/A	N/A	N/A	-	Não	N/A	0
10	Marcos Brasiliano Rosa	25/01/1965	Bancário	348.904.751-68	Conselho Fiscal Suplente	N/A	N/A	N/A	-	Não	N/A	2

Todas as informações solicitadas nos itens 12.5, alíneas “a” a “l” estão descritas no quadro acima.

**12.5. k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:**

Não há membro independente nas indicações constantes acima.

**12.5. m. Informações sobre: (i.) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra o grupo econômico do emissor ou é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor, (ii.) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.**

Conselho de Administração

1. Luiz Tarquinio Sardinha Ferro - 238.804.571-15

Graduado em Economia pela Universidade de Brasília. Foi Diretor Presidente da Tupy S.A. (2003-2017), Presidente na Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (1998-2003), Vice-Presidente do Conselho de Administração (1999-2001) e Presidente do Conselho de Administração (2001-2003) na Vale S.A., Coordenador Geral de Administração da Dívida Pública na Secretaria do Tesouro Nacional (1995-1996), Assessor de Diretoria (1994-1995) e Superintendente Executivo UF Finanças (1996-1998) no Banco do Brasil S.A., membro do Conselho de Administração na Karsten S.A. (2004-2007) e na Duas Rodas Industrial Ltda. (2013-2016). O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Maria Aparecida Metanias Hallack - 045.824.818-50

Engenheira, graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, pós-graduada no “Programa Internacional de Gestão Tecnológica” na Université de Technologie de Compiègne (França), no “European Market P.P.F., Strategies and Logistics”, da Confederation of British Industry – CBI, no “Programa de Desarrollo Directivo – PDD”, da Escuela de Dirección y Negocios – IAE de Universidad, com mestrado em “Engenharia de Produção” pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e certificado nos seguintes cursos: “Eurolog 95 Advanced Technical Study Mission”, pela IMC Internacional, “Merger Week: Strategic Acquisitions and Alliances”, “My Globe: Managing Young Global Enterprises”, da INSEAD (França) “Competitive Strategy”, da Kellogg School of Management (EUA), “Corporate Governance”, da Kellogg School of Management (EUA), “Governança Corporativa em Empresas Familiares”, do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, “Personal and Executive Coach”, do ICI - Integrated Coaching Institute - São Paulo e “Especialização em Planejamento Empresarial”, da Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ. Exerceu diversos cargos executivos na Tigre S/A Tubos e Conexões (1989-1999/2009-2010), Tubopar S/A (2003-2009), Tigre Argentina S/A (2001-2009) e Tigre Pinceis Argentina S/A (2006-2010), bem como atividade docente na qualidade de “Professora Universitária de Estratégia Empresarial” durante o período de 1989 a 1996. A candidata declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

## 2. Marc Bedard

Graduado em Engenharia Química pela École Polytechnique de Montréal – Canadá, com Especialização em Administração de Empresas pela Rotman - University of Toronto. É membro do Conselho de Administração da Philippine Associated Smelting & Refining Corp (2019). Possui ampla experiência em refinarias de cobre tendo passado pelas empresas Noranda Inc. (2000-2006), Falconbridge Limited (2006-2007) e Xstrata PLC (2007-2012). Desde 2012 atua nas operações de cobre do grupo Glencore, exercendo atualmente o cargo de Diretor de Operações. O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

### Felipe Fidalgo Espasandin - 123.822.277-37

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e em Relações Internacionais pela PUC-RJ, com MBA em Administração Internacional e Finanças pelo COPPEAD/UFRJ. Experiência com trading de renda fixa, tendo atuado por 03 (três) anos no BTG Pactual. Desde 2013 trabalha no departamento de cobre da Glencore do Brasil. O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

### Conselho Fiscal

#### 1. Haroldo do Rosário Vieira - 055.748.382-49

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Pará – UFPa, com MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e MBA em Banking para Cooperativa de Crédito pelo Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto e INEP, pós graduação em Formação Geral para Altos Executivos na Fundação Instituto de Administração - FIA - USP. Atuou nos órgãos de governança na FENABB Federação Nacional das AABB como Vice-Presidente do Conselho de Administração (2003-2008) e Presidente do Conselho de Administração (2008-2011), no Banco do Brasil/FENABB como Vice-Presidente Financeiro (2003-2008), Presidente da Diretoria Executiva (2008-2014), Presidente do Conselho de Administração (2008-2014) e Presidente do Conselho Deliberativo (2014-2018). Foi membro titular do Conselho Fiscal na Votorantim Celulose e Papel (Fibria) (2007-2009) e na Marisol S.A. (2009-2011), membro do Conselho Fiscal da COOPERFORTE Cooperativa de Crédito de Funcionários de Bancos Federais como titular (2010-2017) e suplente (2017-2018), membro titular do Conselho de Administração na Tupy S.A. (2013-2017), membro titular do Conselho Deliberativo da PREVI Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (2012-2016), Professor na AIEC - Associação Internacional de Educação Continuada (Grupo UPIS) (2004-2008) e Vice-Presidente da Diretoria Executiva da ANABB - Associação Nacional de Funcionários do Banco do Brasil (2016-2018). O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

### Carlos Emílio Flesch - 318.073.990-87

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Regional e Integrada do Alto Uruguai (1990), possui especialização em Administração Financeira pela Universidade Estácio de Sá - Rio de Janeiro (1994), pós-graduação em Administração Hospitalar pela Universidade São Camilo – SP (1999), MBA Executivo Internacional em Gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas e Ohio University (2000) e especialização

em Gestão Estratégica pela Fundação Dom Cabral (2002). Ocupou diversos cargos executivos na Caixa de Assistência do Banco do Brasil e no Banco do Brasil S.A., dentre eles, o cargo de gerente executivo no Banco do Brasil (2010-2012). Atualmente é conselheiro de administração na Empresa de Tecnologia Orizon - Grupo CBGS e exerce a atividade de docente. O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

2. Marcelo Adilson Tavarone Torresi - 117.512.988-76

É Diretor Geral da Pilotage Investimentos, foi membro do Conselho de Administração da Vikstar Contact Center, e Membro Efetivo do Conselho Fiscal do Banco Pan S.A. e Bombril S.A., foi membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Azevedo & Travassos S/A, Diretor Geral do Banco Paulista S. A., Diretor Geral da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S. A., e membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S/A; Diretor Geral do Banco Pecúnia S. A., Diretor Executivo do Banco Pecúnia S. A., Professor Assistente da LARC - Laboratório de Arquitetura e Redes de Computadores, Professor Assistente da Business School São Paulo; Principal da Silex Business Consulting. Formado em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP, Especialista em Gestão Estratégica pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, Especialista em Gestão Estratégica de Finanças pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; Especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; Especialista, Gestão Estratégica de Operações e Logística pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; e Especialista, Gestão Estratégica de Marketing pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcos Reinaldo Severino Peters - 023.120.398-50

Doutorado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (2000). Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (1993). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (1984). Atualmente é Professor Doutor e Pesquisador da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Professor Titular da Fundação Armando Álvares Penteado, Professor Doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor Coordenador do Curso de Extensão Controladoria de Empresas Multinacionais da GVPEC, Membro do Laboratório de Tecnologia de Informação da FIPECAFI, Diretor Executivo da Marpe Contabilidade e Consultoria Ltda. Tem larga experiência na área de Contabilidade e Controladoria com ênfase em Contabilidade Internacional. Atua principalmente nas seguintes áreas: Contabilidade Internacional, Controladoria, Finanças, Controles Internos, SOX, IFRS, USGAAP. Ocupou cargos de direção em empresas como Paranapanema, ADP Systems, Cetenco, Shizen-Shiseido. É Membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S. A., do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco da Vanguarda Agro S. A. e Membro Suplente do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A. Também foi membro do Comitê de Governança Corporativa da Mineração Buritirama S.A. O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

3. Alexandre Xavier Ywata de Carvalho - 459.065.645-00

Engenheiro Mecânico-Aeronáutico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA (1994), possui Especialização em Engenharia de Armamento Aéreo pelo ITA (1995), é Mestre em Estatística pela Universidade de Brasília – UnB (1999) e é PhD em Estatística pela Northwestern University, EUA (2002).

Atualmente é Diretor Presidente na Caixa Participações. Participou da equipe de transição do governo do Presidente Jair Bolsonaro (novembro/2018 a janeiro/2019), e antes foi Gerente de Cadastro no Funpresp (outubro/2018), Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (de junho/2016 a outubro/2018), e Vice-Presidente (de janeiro/2017 a outubro/2018), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. É funcionário de carreira (Técnico de Planejamento e Pesquisa – TPP) do Ipea desde 1996. No Ipea, além de diversas pesquisas e artigos publicados, desenvolveu o software de análises de dados espaciais, IpeaGEO, e o software de gerenciamento de projetos, IpeaProjetos.

Marcos Brasileiro Rosa - 348.904.751-68

Graduação em Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário UDF – Brasília. Ingressou na Caixa Econômica Federal em 07 de novembro de 1989. Exerce, atualmente, a função de Superintendente Nacional da SUCON - Superintendência Nacional de Contabilidade e Tributos desde 13 de abril de 2011, atuando como contador responsável pelas Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, bem como pela Contabilidade, Planejamento e Execução Tributária, do Conglomerado CAIXA e de Programas Sociais e Fundos de Investimento, tendo exercido anteriormente, no período compreendido entre janeiro de 2002 e abril de 2011, o cargo de Gerente Nacional, responsável pelo planejamento, apuração e recolhimento de tributos próprios; definição da incidência e recolhimento dos tributos de terceiros; cumprimento de obrigações tributárias acessórias federais; controle de cadastro restritivo fiscal federal e dos processos fiscais federais. Exerce ainda as funções de Membro Suplente do Conselho Fiscal SEBRAE, de Membro Titular do Comitê de Finanças da CIP – Câmara Interbancária de Pagamentos, de Membro Titular do COAUD ELO e de Membro Suplente do Conselho Fiscal da FUNCEF. O candidato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

Conselho de Administração	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno	100%
Luiz Carlos Siqueira Aguiar	100%
Augusto Brauna Pinheiro	85,7%
João José Araújo de Oliveira	71,4%
Silvani Alves Pereira	71,4%
Paulo José Galli	100%
José Eduardo Lamaneres Wendler	75%
Nicolaos Paraskevas	50%
Felipe Fidalgo Espasandin (na qualidade de suplente)	50%

Conselho Fiscal	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Williams Francisco da Silva	100%
Jailton Zanon da Silveira	90%
Marcelo Adilson Tavarone Torresi	100%

**12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou Parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

A Companhia não tem conhecimento quanto à existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau relacionadas aos administradores da nossa Companhia, controladas e controladores até a data de divulgação deste Formulário de Referência.

**12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Não houve relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida, nos últimos 3 exercícios sociais, entre nossos administradores e quaisquer de nossas sociedades controladas, direta ou indiretamente, nosso controlador, direto ou indireto, ou fornecedores, clientes, devedor ou credor.



ANEXO III

Informações do item 13 do Formulário de Referência

**13.1. DESCREVER A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE**

**a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui política de remuneração para seus colaboradores em geral, adotando as práticas de mercado para a remuneração de sua Diretoria Estatutária e Não Estatutária, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento.

A política busca estabelecer um plano de remuneração e benefícios alinhado com as práticas de mercado, buscando atrair, reter, motivar e desenvolver os colaboradores, estimulando o espírito de equipe e o resultado de alta performance, abrangendo: Remuneração Fixa, Remuneração Variável e Benefícios.

A política de remuneração da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em Abril/2017, estando disponível para consulta para os colaboradores da Companhia em seu sistema interno de *intranet*.

**b. Composição da remuneração, indicando:**

(i.) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

**Diretoria Estatutária e Não Estatutária**

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa a remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas ao cargo ocupado na Companhia.

Remuneração Variável: valor recebido anualmente pelo profissional, por meio do qual este é remunerado de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas ao cargo ocupado na Companhia, e é composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP). O ICP e ILP estão atrelados ao conceito de metas individuais e coletivas pré-definidas, sendo que no fechamento de cada exercício avalia-se o percentual de atingimento das metas. O pagamento será calculado pelos múltiplos de salário devido, multiplicado pelo salário base de 31/12 do ano anterior ao pagamento. Os múltiplos salariais referentes ao ILP serão diferidos em dois anos, com pagamento de 50% após 1 ano da apuração dos resultados e os 50% restantes após 2 anos da apuração dos resultados.

Benefícios: conjunto de programas e serviços oferecidos para colaboradores e dependentes, validados pelas práticas de mercado, que podem ser pagos total ou parcialmente pela Companhia, com o objetivo de retenção, satisfação e produtividade da força de trabalho. Consideramos os seguintes benefícios: Assistência Médica, Assistência Odontológica, Check-up anual, Seguro de Vida, Previdência Privada, Veículo e Restaurante, sendo apenas os 2 primeiros extensíveis aos dependentes.

### Conselho de Administração

Remuneração Fixa: trata-se do pró-labore recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa a remunerá-los de acordo com as práticas de mercado. Os membros suplentes do Conselho de Administração recebem 50% da remuneração fixa apenas quando são convocados a participarem de alguma reunião específica, na ausência do membro titular.

### Conselho Fiscal

Remuneração Fixa: trata-se do pró-labore recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa a remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente. Os membros suplentes do Conselho Fiscal recebem 50% da remuneração fixa apenas quando são convocados a participar de alguma reunião específica, na ausência do membro titular.

### Comitês de Assessoramento

Entre os anos de 2014 e 2016, foi estabelecido pela Companhia que os membros do Conselho de Administração, participantes dos Comitês de Assessoramento, não receberiam nenhum adicional em função de sua participação nestes comitês.

A partir de 2017, os membros do Conselho de Administração passaram a fazer jus a adicional por participação nos meses em que ocorressem reuniões de Comitês de Assessoramento, desde que os respectivos membros estivessem presentes às reuniões.

Este adicional não se aplica aos participantes de Comitês de Assessoramento que sejam colaboradores da Companhia.

No caso de contratação de membros externos para participação em Comitês de Assessoramento, um valor mensal deverá ser previamente aprovado pelo Conselho de Administração, com base nos termos a serem estabelecidos no respectivo contrato de prestação de serviços.

(ii.) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Realizado 2018:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Diretoria Estatutária	32,15%	62,11%	5,74%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	54,40%	35,13%	10,48	100,00%
Comitês de Assessoramento	100,00%	n/a	n/a	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2018

Realizado 2017:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Diretoria Estatutária	40,97%	46,39%	12,64%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	46,17%	44,68%	9,15%	100,00%
Comitês de Assessoramento	100,00%	n/a	n/a	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2017

Realizado 2016:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,00%
Diretoria Estatutária	62,48%	26,50%	11,02%	100,00%
Diretoria não estatutária	82,78%	4,75%	12,47%	100,00%
Comitê de Assessoramento	100,00%	n/a	n/a	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2016.

(iii.) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração estabelecida para os administradores, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento segue as práticas e condições do mercado, obtidas através de pesquisas realizadas com o apoio de especialistas externos.

A remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento pode ser ajustada anualmente, conforme aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é acordada no momento da contratação, podendo ser atualizada anualmente com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de janeiro a dezembro de cada ano, e que pode ser aplicada a partir do mês subsequente à realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Os reajustes da remuneração da Diretoria Não Estatutária seguem as Convenções Coletivas de Trabalho - CCT's anuais, firmadas junto aos Sindicatos que os representam junto à Companhia.

A remuneração variável, aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, contempla o Incentivo de Curto Prazo (ICP) e o Incentivo de Longo Prazo (ILP), ambos condicionados ao cumprimento das metas estabelecidas.

(iv.) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e condições de mercado, buscando atrair, reter, motivar e desenvolver os profissionais, estimulando o espírito de equipe e o resultado de alta performance.

(v.) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

No exercício de 2018, um dos membros do Conselho de Administração renunciou a sua remuneração.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento não há indicadores de desempenhos definidos.

Para a Diretoria Estatutária e Não Estatutária os principais indicadores no Programa de Remuneração Variável são:

Exercício de 2018 para Diretor Presidente:

- Peso de 100% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta níveis de produção, resultados financeiros e outros indicadores.

Exercício de 2018 para Diretores Estatutários e não estatutários:

- Peso de 70% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta níveis de produção, resultados financeiros e outros indicadores.
- Peso de 30% = Metas Individuais, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.

Exercício de 2017 para Diretor Presidente:

- Peso de 100% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta níveis de produção, resultados financeiros e outros indicadores.

Exercício de 2017 para Diretores Estatutários e não estatutários:

- Peso de 70% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta níveis de produção, resultados financeiros e outros indicadores.
- Peso de 30% = Metas Individuais, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.

Exercício de 2016 para Diretor Presidente, Diretores Estatutários e Não Estatutários:

- Peso de 70% = Indicadores financeiros (EBITDA e Fluxo de Caixa Livre)
- Peso de 30% = Metas Individuais, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração variável é estruturada com base no percentual de atingimento das metas estabelecidas e no acompanhamento entre o previsto e o realizado, analisados anualmente entre a Diretoria

Executiva (Estatutária e Não Estatutária) e o Conselho de Administração, com base nos indicadores e metas mencionados no item 13.1.c.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A política de remuneração leva em consideração a valorização de curto, médio e longo prazo da Companhia, alinhando desta forma os interesses do emissor aos de seus administradores.

O Programa de Remuneração Variável é um programa de incentivo anual vinculado às estratégias do negócio, visando promover os resultados financeiros da Companhia, reconhecer e remunerar performances individuais e coletivas, bem como promover a retenção de talentos.

O Programa de Remuneração Variável da Companhia é composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e Incentivo de Longo Prazo (ILP), ambos vinculados aos resultados financeiros e metas individuais dos Diretores Estatutários.

Até o ano de 2016, o ILP esteve baseado no desempenho das ações de emissão da Companhia, sendo elegíveis os Diretores Estatutários e os Não Estatutários.

A partir de 2017, o ILP deixou de ser vinculado ao desempenho das ações de emissão da Companhia, sendo calculado em múltiplos de salário e baseado em metas coletivas definidas pelo Conselho de Administração e metas individuais acordadas entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

A liquidação financeira do ILP é feita via folha de pagamento, respeitadas as regras de elegibilidade.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Sim, no contrato do Diretor Presidente para Remuneração Variável consta que em caso de mudança societária que implique obrigatoriamente na troca do Diretor Presidente, a remuneração variável (ICP e ILP) será devida, independente do atingimento das metas preestabelecidas e/ou desempenho do executivo, descontando os valores pagos até a data da saída do executivo e caso o Conselho de Administração da PMA decida pela saída do Diretor Presidente, a remuneração variável (ICP e ILP) será devida, desde que as metas preestabelecidas sejam atingidas totalmente ou parcialmente, e neste último caso o pagamento será feito na sua proporcionalidade. Os valores pagos anteriores a saída do executivo serão descontados do montante total. A quitação dos valores aqui tratados deverá ocorrer até 30 (trinta) dias corridos após último dia de trabalho do executivo.

**h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

O Conselho de Administração e o Comitê de Gestão de Pessoas e Sustentabilidade da Companhia participam dos processos decisórios, cabendo ao Comitê de Pessoas e Sustentabilidade a análise e recomendação ao Conselho de Administração, para aprovação da proposta de remuneração no tocante à remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária. Para a fixação da remuneração do Conselho de Administração, a proposta é apresentada anualmente à assembleia geral, que fixa tal remuneração.

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

O painel de comparação e posicionamento da remuneração total têm referência com um mercado formado por empresas do ramo industrial que disputam a mão de obra com a Companhia, posicionando o salário-base e a remuneração total na mediana de mercado, levando em consideração a região onde cada unidade está localizada.

A estratégia de remuneração levará em conta as práticas e as condições do mercado, o desempenho econômico e financeiro coletivo da Companhia e suas perspectivas de crescimento, o desempenho individual e o equilíbrio interno.

**(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

As políticas e normativos da Companhia são revisados a cada 2 anos, e periodicamente é revisada para alinhamento da remuneração total com o mercado de comparação, para promover eventuais ajustes em seus normativos, se necessários.

**13.2. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.798.908	3.901.608	462.780	6.163.296
Benefícios diretos e indiretos	0,00	853.435	0,00	853.435
Participações em comitês	886.788	0,00	0,00	886.788
Outros	537.139	780.322	92.556	1.400.017
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	INSS
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	9.350.165	0,00	9.350.165

Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.871.020	0,00	1.871.020
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	236.272	0,00	236.272
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0	0,00	0
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	4.936	0,00	4.936
<b>Observação</b>		Foram considerados no valor total da remuneração incluindo fixo + variável + remuneração baseada em ações, os encargos sociais de 20% de INSS. Foi recomendado pelo Comitê de Gestão de Pessoas junto ao Conselho de Administração e contemplado na proposta de 2019, a aplicação de 3,42% para reajuste no pró-labore mensal, conforme INPC acumulado no período de jan a dez de 2018.		
<b>Total da remuneração</b>	<b>3.222.835</b>	<b>16.997.757</b>	<b>555.336</b>	<b>20.775.928</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,67	3,25	13,92
Nº de membros remunerados	6,00	3,67	3,25	12,92
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.517.436	3.138.092	478.102	5.133.630
Benefícios direto e indireto	0,00	672.028	0,00	672.028
Participações em comitês	642.006	0,00	0,00	642.006
Outros	431.888	627.618	95.620	1.155.127
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	INSS
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	6.055.449	0,00	6.055.449
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	1.212.263	0,00	1.212.263
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		INSS
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	5.866	0,00	5.866
<b>Observação</b>	- O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 6 membros, sendo: 5 membros titulares por 12 meses, 1 membro titulares por 9 meses ( $9/12 = 0,75$ ), 1 membro titular por 3 meses ( $3/12 = 0,25$ ).	- A Diretoria, em média no ano teve a participação de 3,67 membros, sendo: 3 diretores por 12 meses, 1 diretor por 8 meses ( $8/12 = 0,67$ ).	- O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 3,25 membros, sendo: 1 membro titular por 12 meses, 3 membros titulares por 3 meses ( $3/12 = 0,25$ ), 2 membros titulares por 9 meses ( $9/12 = 0,75$ ).	
Total da remuneração	2.591.330	11.711.315	573.723	14.876.368

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,08	2,67	4,92	13,67
Nº de membros remunerados	6,00	2,67	4,92	13,59
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.453.133	2.581.240	714.384	4.748.757
Benefícios direto e indireto	0,00	485.196	0,00	485.196
Participações em comitês	620.000	0,00	0,00	620.000
Outros	414.627	516.248	142.877	1.073.751
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.916.859	0,00	2.916.859
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	584.632	0,00	584.632
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	71.080	0,00	71.080
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	399.247	0,00	399.247
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	6.301	0,00	6.301
<b>Observação</b>	- O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 6 membros, sendo: 4 membros titulares por 12 meses, 2 membros titulares por 8 meses ( $2 \times 8/12 = 1,33$ ), 2 membros titulares por 4 meses ( $2 \times 4/12 = 0,67$ ).	- A Diretoria, em média no ano teve a participação de 2,67 membros, sendo: 1 diretor por 12 meses, 1 diretor por 10 meses ( $10/12 = 0,83$ ), 1 diretor por 8 meses ( $8/12 = 0,67$ ) e 1 diretor por 2 meses ( $2/12 = 0,17$ ).	- O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 4,92 membros, sendo: 3 membros titulares por 12 meses, 1 membro titular por 11 meses ( $11/12 = 0,92$ ), 1 membro titulares por 8 meses ( $8/12 = 0,67$ ) e 1 membro titulares por 4 meses ( $4/12 = 0,33$ ).	
Total da remuneração	2.487.760	7.560.803	857.261	10.905.824



Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,83	3,34	5,00	15,17
Nº de membros remunerados	6,83	3,34	5,00	15,17
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.659.067	3.036.180	683.786	5.379.033
Benefícios direto e indireto	0,00	515.948	0,00	515.948
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	331.813	611.924	136.757	1.080.495
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	257.847	0,00	257.847
Descrição de outras remunerações		INSS		
Pós-emprego	0,00	20.066	0,00	20.066
Cessaçao do cargo	0,00	107.305	0,00	107.305
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.289.234	0,00	1.289.234
<b>Observação</b>	- O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 6,83 membros, sendo: 1 membro titular por 12 meses, 1 membro titular por 11 meses ( $11/12 = 0,92$ ), 1 membro titular por 9 meses ( $9/12 = 0,75$ ), 1 membro titular por 8 meses ( $8/12 = 0,66$ ), 1 membro titular por 6 meses ( $6/12 = 0,5$ ), 3 membros titulares por 5 meses ( $3 \times 5/12 = 1,25$ ), 2 membros titulares por 4 meses ( $2 \times 4/12 = 0,67$ ), 2 membros titulares por 3 meses ( $2 \times 3/12 = 0,5$ ), 3 membros titulares por 2 meses ( $3 \times 2/12 = 0,5$ ) e 1 membro titular por 1 mês ( $1/12 = 0,08$ ).	A Diretoria, em média no ano teve a participação de 3,34 membros, sendo: 1 diretor por 12 meses, 1 diretor por 11 meses ( $11/12 = 0,92$ ), 1 diretor por 6 meses ( $6/12 = 0,5$ ), 1 diretor por 5 meses ( $5/12 = 0,42$ ) e 2 diretores por 3 meses ( $2 \times 3/12 = 0,5$ ) Foram considerados no valor total da remuneração, incluindo fixo + variável + benefícios motivado pela cessação do cargo, os encargos sociais de 20% de INSS para Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários.	- O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 5 membros, sendo: 2 membros titulares por 12 meses, 3 membros titulares por 8 meses ( $3 \times 8/12 = 2,0$ ) e 3 membros titulares por 4 meses ( $3 \times 4/12 = 1,0$ ).	
Total da remuneração	1.990.880	5.838.503	820.543	8.649.926

**13.3. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:**

**a. Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2019)**

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
<b>b. nº de membros</b>	0,00	0,00	4,00	4,00
<b>c. nº de membros remunerados</b>	0,00	0,00	4,00	4,00
<b>d. em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	9.350.164,79	9.350.164,79
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	n/a	n/a	7.916.766,11	7.916.766,11
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>e. em relação à participação no resultado</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

**b. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2018**

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
<b>b. nº de membros</b>	0,00	0,00	3,67	3,67
<b>c. nº de membros remunerados</b>	0,00	0,00	3,67	3,67
<b>d. em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	7.613.604,00	7.613.604,00

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (R\$/Unidade):	n/a	n/a	6.895.848,00	6.895.848,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	n/a	n/a	6.055.448,75	6.055.448,75
<b>e. em relação à participação nos resultados</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

**c. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2017**

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
<b>b. nº de membros</b>	7,00	5,00	3,17	15,17
<b>c. nº de membros remunerados</b>	0,00	0,00	3,17	3,17
<b>d. em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	5.404.800,00	5.404.800,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (R\$/Unidade):	n/a	n/a	5.224.000,00	5.224.000,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	n/a	n/a	2.916.859,00	2.916.859,00
<b>e. em relação à participação nos resultados</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

**d. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2016**

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
<b>b. nº de membros</b>	6,83	5,00	3,34	15,17
<b>c. nº de membros remunerados</b>	0,00	0,00	3,34	3,34
<b>d. em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	n/a	n/a	3.266.890,00	3.266.890,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (R\$/Unidade):	n/a	n/a	3.036.290,00	3.036.290,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	n/a	n/a	0,00	0,00
<b>e. em relação à participação nos resultados</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

**13.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DESCREVER:**

**a. termos e condições gerais**

O Programa de Remuneração Variável prevê um incentivo vinculado às estratégias do negócio e ao desempenho individual dos Diretores Estatutários, através de metas pré-estabelecidas, que são apuradas ao final do exercício e convertidas em Incentivo de Longo Prazo (ILP).

Durante o último exercício social, a Companhia reconheceu as parcelas do programa de remuneração variável baseado no preço das ações (*phantoms shares*), referente ao 4º pagamento de 2014, 3º pagamento de 2015 e 2º pagamento de 2016, totalizando a provisão de aproximadamente R\$ 5,8 mil, no período de 2018.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ter componentes baseados no preço das ações de emissão da Companhia (*phantom shares*). Desde então o ILP é apurado com base nas metas atingidas e diferido em 2 anos, através de múltiplos de salário.

**b. principais objetivos do plano**

- Promover os resultados financeiros sustentáveis da Companhia;
- Reconhecer e remunerar performances individuais;
- Estimular o espírito de equipe;
- Promover a retenção de seus talentos;
- Alinhar o interesse dos executivos aos dos acionistas.

**c. forma como o plano contribui para esses objetivos**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a acima. O ILP é apurado com base nas metas atingidas e diferido em 2 anos, através de múltiplos de salário.

**d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

O programa é o componente de longo prazo do pacote da remuneração total.

**e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

**f. número máximo de ações abrangidas**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

**g. número máximo de opções a serem outorgadas**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

**h. condições de aquisição de ações**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

**i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

**j. critérios para fixação do prazo de exercício**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no 13.4-a.

**k. forma de liquidação**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no 13.4-a.

**l. restrições à transferência das ações**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

**m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

As condições e regras do Programa de Remuneração Variável podem ser alteradas a qualquer momento pela Companhia, a seu único e exclusivo critério, as quais devem ser expressamente informadas ao beneficiário.

**n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

No tocante ao Incentivo de Longo Prazo (ILP), o Diretor perde todos os direitos em caso de renúncia. Nos casos de rescisão/destituição ou não renovação do contrato durante o ano aquisitivo, bem como dos demais anos, haverá pagamento de forma proporcional ao período trabalhado, de acordo com a apuração das metas e na mesma data prevista para pagamento dos demais executivos.

**13.5. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUÁRIA**

Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor Estatutário no ILP.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não ser mais baseado em ações, as obrigações referentes às URVs ainda não pagas, serão mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Abaixo, segue previsão para remuneração baseada em ações prevista para a Diretoria Estatutária. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à essa remuneração.

Nota: Não houve o pagamento de remuneração variável baseada no plano de *phantom shares*

no exercício social de 2014.

a) Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2019)

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
<b>b. nº total de membros</b>	7,00	4,00
<b>c. nº de membros remunerados</b>	n/a	1,00
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
(a) Das URVs em aberto no início do exercício social	n/a	1,35
(b) Das URVs perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das URVs exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das URVs expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as URVs outorgadas	n/a	n/a

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
<b>Outorga de URVs</b>		
Data de outorga	n/a	mar/19
Quantidade de URVs outorgadas	n/a	3.047,02
Prazo para que as URVs se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das URVs na data da outorga	n/a	n/a

b) Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado - 2018

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
<b>b. nº total de membros</b>	<b>7,00</b>	<b>3,67</b>
<b>c. nº de membros remunerados</b>	<b>n/a</b>	<b>1,00</b>
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
(a) Das URVs em aberto no início do exercício social	n/a	1,73
(b) Das URVs perdidas durante o exercício social	n/a	1,45
(c) Das URVs exercidas durante o exercício social	n/a	1,45
(d) Das URVs expiradas durante o exercício social	n/a	n/a

<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as URVs outorgadas</b>	n/a	n/a
--	-----	-----

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
<b>Outorga de URVs</b>		
Data de outorga	n/a	mar/2018
Quantidade de URVs outorgadas	n/a	4.345,35
Prazo para que as URVs se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das URVs na data da outorga	n/a	n/a

c) Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado - 2017

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
<b>b. nº total de membros</b>	<b>6,08</b>	<b>2,67</b>
<b>c. nº de membros remunerados</b>	<b>n/a</b>	<b>1,00</b>
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
(a) Das URVs em aberto no início do exercício social	n/a	1,73
(b) Das URVs perdidas durante o exercício social	n/a	1,46
(c) Das URVs exercidas durante o exercício social	n/a	1,46
(d) Das URVs expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as URVs outorgadas</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
<b>Outorga de URVs</b>		
Data de outorga	n/a	mar/2017
Quantidade de URVs outorgadas	n/a	4.345,35
Prazo para que as URVs se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das URVs na data da outorga	n/a	n/a



d) Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado - 2016

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
<b>b. nº total de membros</b>	<b>6,83</b>	<b>3,34</b>
<b>c. nº de membros remunerados</b>	<b>n/a</b>	<b>2,00</b>
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
(a) Das <i>URVs</i> em aberto no início do exercício social	n/a	2,81
(b) Das <i>URVs</i> perdidas durante o exercício social	n/a	1,73
(c) Das <i>URVs</i> exercidas durante o exercício social	n/a	1,73
(d) Das <i>URVs</i> expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as <i>URVs</i> outorgadas</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
<b>Outorga de <i>URVs</i></b>		
Data de outorga	n/a	mar/2016
Quantidade de <i>URVs</i> outorgadas	n/a	539.914,52
Prazo para que as <i>URVs</i> se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das <i>URVs</i>	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das <i>URVs</i> na data da outorga	n/a	n/a

**d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:**

Item não aplicável à Companhia.

**e. valor justo das opções na data de cada outorga**

Item não aplicável à Companhia.

**f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas**

Item não aplicável à Companhia.

**13.6. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:**

A Companhia não possui plano de opções de compra de ações. Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o

Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor Estatutário no ILP. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a essa remuneração.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não ser mais baseado em ações, as obrigações referentes as URVs ainda não pagas, serão mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Para maiores informações, vide item 13.5.

a) Remuneração baseada em ações do exercício social 31.12.2018

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	n/a	3,67
c. Nº de membros remunerados	n/a	1,00
d. URVs ainda não exercíveis		
i. Quantidade	n/a	7.392,37
ii. Data em que se tornarão exercíveis*	n/a	Mar/2019 – 4.345,35 Mar/2020 – 3.047,02
iii. Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
v. Preço médio ponderado de exercício	n/a	1,35
vi. Valor justo das URVs no último dia do exercício	n/a	n/a
e. em relação às URVs exercíveis		
i. Quantidade	n/a	n/a
ii. Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
iv. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
v. Valor justo das URVs no último dia do exercício social	n/a	n/a
vi. Valor justo do total das URVs no último dia do exercício social	n/a	n/a

Nota: A depender de cláusulas constantes no contrato do Diretor Estatutário, as URVs poderão ser exercidas antes do prazo ou canceladas.

b) Remuneração baseada em ações do exercício social 31.12.2017

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	6,00	2,67
c. Nº de membros remunerados	n/a	1,00
d. URVs ainda não exercíveis		
i. Quantidade	n/a	11.737,72
ii. Data em que se tornarão exercíveis	n/a	Mar/2018 – 4.345,35 Mar/2019 – 4.345,35 Mar/2020 – 3.047,02
iii. Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
v. Preço médio ponderado de exercício	n/a	1,46
vi. Valor justo das URVs no último dia do exercício	n/a	n/a
e. em relação às URVs exercíveis		
i. Quantidade	n/a	n/a
ii. Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
iv. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
v. Valor justo das URVs no último dia do exercício social	n/a	n/a
vi. Valor justo do total das URVs no último dia do exercício social	n/a	n/a

c) Remuneração baseada em ações do exercício social 31.12.2016

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. Nº total de membros	6,83	3,34
c. Nº de membros remunerados	n/a	3,34
d. URVs ainda não exercíveis		
i. Quantidade	n/a	683.474,24
ii. Data em que se tornarão exercíveis*	n/a	Mar/2017 - 539.914,52 Mar/2018 – 37.300,85 Mar/2019 – 37.300,85 Mar/2020 – 36.002,52 Mar/2021 – 32.955,50
iii. Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a

Nota: A	v. Preço médio ponderado de exercício	n/a	1,73 (Média Simples)
	vi. Valor justo das URVs no último dia do exercício	n/a	n/a
	e. em relação às URVs exercíveis		
	i. Quantidade	n/a	n/a
	ii. Prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
	iii. Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
	iv. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
	v. Valor justo das URVs no último dia do exercício social	n/a	n/a
	vi. Valor justo do total das URVs no último dia do exercício social	n/a	n/a

depender de cláusulas constantes no contrato do Diretor Estatutário, as URVs poderão ser exercidas antes do prazo.

**13.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:**

A Companhia não possui plano de opções de compra de ações. Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor Estatutário no ILP. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a essa remuneração.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não ser mais baseado em ações, as obrigações referentes as URVs ainda não pagas, serão mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Nota: Não houve o pagamento de remuneração baseada no plano de *phantom shares* no exercício social de 2014

Para maiores informações, vide item 13.5.

a) Exercício social 31.12.2018

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
<b>b. Nº de membros</b>	<b>7,00</b>	<b>3,67</b>
<b>c. Nº de membros remunerados</b>	<b>n/a</b>	<b>1,00</b>
<b>d. em relação às URVs exercidas</b>		
i. Número de URVs	n/a	n/a

ii. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às URVs	n/a	n/a
<b>e. em relação às URVs entregues</b>		
i. Número de URVs	n/a	4.345,35
ii. Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0
iii. Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	n/a	n/a

b) Exercício social 31.12.2017

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
<b>b. Nº de membros</b>	6,00	<b>2,67</b>
<b>c. Nº de membros remunerados</b>	n/a	2,67
<b>d. em relação às URVs exercidas</b>		
i. Número de URVs	n/a	n/a
ii. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às URVs	n/a	n/a
<b>e. em relação às URVs entregues</b>		
i. Número de URVs	n/a	4.345,35
ii. Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0
iii. Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a

c) Exercício social 31.12.2016

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
<b>b. Nº de membros</b>	<b>6,83</b>	<b>3,34</b>
<b>c. Nº de membros remunerados</b>	<b>n/a</b>	<b>2,00</b>
<b>d. em relação às URVs exercidas</b>		
i. Número de URVs	n/a	n/a
ii. Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a

iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às URVs	n/a	n/a
<b>e. em relação às URVs entregues</b>		
i. Número de URVs	n/a	539.914,52
ii. Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0
iii. Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	n/a	n/a

**13.8. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.5 A 13.7, TAL COMO A EXPLICAÇÃO DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES, INDICANDO, NO MÍNIMO:**

**a. modelo de precificação**

Valor médio da ação da Paranapanema (PMAM3) de janeiro a dezembro do ano anterior ao pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

**b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

O efetivo pagamento não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas no Incentivo de Longo Prazo (ILP).

A apuração para concessão e pagamento é realizada em URVs, a qual tem por base o valor médio da ação da Companhia (PMAM3) do ano anterior à concessão e do pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

**c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

O Incentivo de Longo Prazo (ILP) utilizava um conceito de *phantom shares*, de forma que, ao final de cada exercício, as metas atingidas no período de janeiro a dezembro eram convertidas em Unidades de Remuneração Variável (URVs), baseado no desempenho, variação e valor das ações da Paranapanema (PMAM3).

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

**d. forma de determinação da volatilidade esperada**

A apuração para concessão e pagamento é realizada em Unidades de Remuneração Variável (URVs), a qual tem por base o valor médio da ação da Companhia (PMAM3) do ano anterior à concessão e do pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

- e. **se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável.

**13.9. INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO**

As participações em ações, quotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por nossos administradores, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social estão indicadas na abaixo:

Órgão	Valores Mobiliários emitidos pela Companhia e Controladas	%
Conselho de Administração	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%
Diretoria Estatutária	1	0,01%
Total	1	0,01%

**13.10. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS, FORNECER AS SEGUINTE INFORMAÇÕES EM FORMA DE TABELA:**

Órgão Valores Anuais – Realizado 2018	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária
b. Número de Membros	7,00	3,25	3,67
c. Número de Membros Remunerados	6,00	3,25	3,67
d. Nome do Plano	n/a	n/a	BrasilPrev – PMA Prev
e. Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se	n/a	n/a	0,00

f. Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a	60 anos de idade + 10 anos de contribuição + perda de vínculo com a empresa ou ser aposentado pela Previdência Social + perda de vínculo com a
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	n/a	201.615,61
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	n/a	126.156,91
i. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	n/a	Sim, a qualquer momento, de 60 em 60 dias, porém há a perda proporcional da contribuição realizada pela Companhia



**13.11. EM FORMA DE TABELA, INDICAR, PARA OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, EM RELAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, À DIRETORIA ESTATUTÁRIA E AO CONSELHO FISCAL:**

**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	3,67	2,67	3,34	7,00	6,00	6,83	3,25	4,92	5,00
Nº de membros remunerados	3,67	2,67	3,34	6,00	6,00	6,83	3,25	4,92	5,00
Valor da maior remuneração (Reais)	7.489.627,78	4.640.629,17	1.065.789,43	470.084,40	437.360,00	288.000,00	178.977,60	175.348,80	164.520,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.269.577,40	4.640.629,17	1.065.789,43	416.197,20	396.000,00	288.000,00	178.977,60	175.348,80	157.665,00
Valor médio da remuneração (Reais)	3.191.094,13	2.831.761,33	1.748.054,74	370.190,03	414.626,67	291.490,49	176.530,04	174.240,00	164.108,70

**Observação:**

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2018</b>	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2018. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
<b>31/12/2017</b>	3 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2017. 4 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
<b>31/12/2016</b>	1 Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2016. 2 Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.

Conselho de Administração	
<b>31/12/2018</b>	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2018. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
<b>31/12/2017</b>	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2017. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.
<b>31/12/2016</b>	1 Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2016. 2 Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>31/12/2018</b>	<p>1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2018.</p> <p>2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.</p>
<b>31/12/2017</b>	<p>3 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2017.</p> <p>4 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.</p>
<b>31/12/2016</b>	<p>1 Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2016.</p> <p>2 Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios + encargos) dividido pelo número total de membros.</p>

**13.12. DESCREVER ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA, INDICANDO QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O EMISSOR**

Não há, previsto em contrato, mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Por liberalidade a Companhia poderá conceder aos Diretores, por um período de 6 (seis) meses, a assistência médica e odontológica, bem como realizar o pagamento do Incentivo de Curto Prazo (ICP) e do Incentivo de Longo Prazo (ILP), condicionado a cláusulas contratuais.

O valor pago a título de prêmio de seguro (D&O) é de R\$ 109.578,13, anualmente.

**13.13. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR O PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO**

Não aplicável, pois a Companhia não possui acionista controlador.

**13.14. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EMISSOR COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS**

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia não recebem, e não receberam, nos últimos três exercícios sociais, remuneração da Companhia, além da referente à função que ocupam.

**13.15. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS**

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal não recebem, e não receberam, nos últimos três exercícios sociais, remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

**13.16. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES**

Todas informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

## **ANEXO IV**

### **Estatuto Social Consolidado da Companhia**

#### **Estatuto Social - Paranapanema S.A.**

#### **Capítulo I**

#### **Denominação, sede, objeto e duração**

**Artigo 1º** - A sociedade denomina-se PARANAPANEMA S.A. (“Companhia”) e é regida pelo presente estatuto social (“Estatuto Social”), bem como pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3.

**Artigo 2º** - A Companhia tem sede social e foro na Cidade de Dias D’Ávila, Estado da Bahia, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, estabelecer o endereço de sua sede social.

Parágrafo Único - A Companhia poderá instalar, manter e fechar filiais e quaisquer outros estabelecimentos de seu interesse no País, ou no exterior, bem como, quando conveniente, nomear representantes no exterior.

**Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto: (i) atividades industriais na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos, consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semi-manufaturados, peças e componentes industriais; (ii) pesquisa e lavra de minerais em geral, inclusive a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; (iii) comercialização, importação e exportação, transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes, e todas as demais atividades ligadas à indústria de mineração; (iv) atividades industriais correlatas ao aproveitamento de materiais de origem minerária, ou produtos acabados da metalurgia; (v) atividades de construção civil em geral, inclusive a exploração de serviços públicos; (vi) a compra e venda e a fabricação, a importação e a exportação de produtos acabados, máquinas e equipamentos e outros bens de consumo e de produção relacionados com as atividades acima enumeradas; (vii) prestação de serviços de assessoria e outros serviços correlacionados às atividades acima enumeradas.

Parágrafo Único – A Companhia poderá participar, a qualquer título, de outras sociedades ou empreendimentos, no Brasil ou no exterior, inclusive como controladora ou coligada, podendo constituir subsidiárias integrais, bem como, se conveniente for, formar grupo de sociedades.

**Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

#### **Capítulo II Capital Social e Ações**

**Artigo 5º** - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$1.990.707.732,56 (um bilhão, novecentos e noventa milhões, setecentos e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 40.727.658 (quarenta milhões, setecentos e vinte e sete mil e seiscentas e cinquenta e oito) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – O sistema de ações escriturais da Companhia é regulado pelo disposto nos Artigos 34 e 35 e demais normas aplicáveis constantes das Seções VI e VII, do Capítulo III, da Lei n. 6.404/76, sendo que a designação, mudança ou manutenção da instituição financeira depositária é de exclusivo critério da Diretoria.

Parágrafo Segundo – A Companhia pode adquirir suas próprias ações, a critério do Conselho de Administração, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro – A venda de ações em tesouraria depende de deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto – A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, dentre as hipóteses permitidas em lei.

Parágrafo Quinto - Quando o aumento do capital da Companhia for feito dentro do limite do capital autorizado estabelecido no parágrafo anterior e deliberado pelo Conselho de Administração, este poderá estabelecer, a seu critério, um prazo para o exercício do direito de preferência inferior ao previsto no Artigo 8º infra ou a exclusão desse direito, nos termos do Artigo 172, da Lei 6.404/76.

Parágrafo Sexto - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de suas sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente.

Parágrafo Sétimo - É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais pela Companhia.

Parágrafo Oitavo - Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações nominativas, se levada a efeito em violação ao Regulamento do Novo Mercado, caso aplicável.

Artigo 6º - A cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Artigo 7º - O pagamento de dividendos ou bonificações em dinheiro aprovados pela Assembleia Geral, e a distribuição de ações provenientes do aumento de capital serão efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de Assembleia Geral que deliberar a respeito.

Artigo 8º - Ao acionista é assegurado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da deliberação da Assembleia Geral, o direito de preferência para subscrição de novas ações ordinárias emitidas, na proporção de suas ações de mesma espécie, exceto nas hipóteses do Parágrafo Quinto do Artigo 5º.

Artigo 9º - Aos acionistas que vierem a ser dissidentes de deliberação assemblear, na forma das hipóteses previstas no Artigo 137 da Lei nº 6.404/76, poderá ser pago o valor das suas ações determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado com base no fluxo de caixa descontado às taxas de mercado, determinado por peritos ou empresa especializada, observado o procedimento do Artigo 45 da Lei nº 6.404/76.

### Capítulo III – Administração

#### Seção I Disposições Gerais

Artigo 10 – São órgãos da administração da Companhia o Conselho de Administração e a Diretoria.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral fixará a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, inclusive benefícios de qualquer natureza e verba de representação, cabendo ao Conselho de Administração distribuir a remuneração aprovada pela Assembleia Geral dentre os administradores da Companhia, tendo em conta as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Parágrafo Segundo – A posse dos Conselheiros e dos Diretores fica condicionada à assinatura de Termo de Posse, que deverá contemplar sua sujeição a cláusula compromissória referida no artigo 29 deste Estatuto Social

Parágrafo Terceiro - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, excetuada a hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deve (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.

Artigo 11 - É facultado aos acionistas requerer o processo de voto múltiplo na forma e em proporções estabelecidas nas normas pertinentes.

## Seção II Conselho de Administração

Artigo 12 - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Conselheiros, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - Dentre os membros eleitos para o Conselho de Administração, no mínimo 20% deverão ser Conselheiros Independentes, devendo-se expressamente declarar esta condição na ata da Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro - Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado à sociedade ou à entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de eventual participação no capital estão excluídos desta restrição).

Parágrafo Quarto - Quando a aplicação do percentual definido no Parágrafo Segundo acima resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior se a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Parágrafo Quinto - Serão também considerados conselheiros independentes aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no Artigo 141, Parágrafos 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Sexto - Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada e não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia, aquele que:

- (a) ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia;
- (b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; e,
- (c) ocupar cargo na Diretoria da Companhia.

Parágrafo Sétimo - As reuniões do Conselho de Administração realizar-se-ão ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocadas por seu Presidente ou por qualquer dos seus membros em caso de necessidade. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá deixar de realizar 01 (uma) reunião ordinária no ano civil. As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e ser acompanhada de documentação relativa à ordem do dia, sendo dispensada a convocação caso a totalidade dos membros do Conselho de Administração esteja presente à reunião.

Parágrafo Oitavo - As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com o comparecimento da maioria de seus membros e serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, que escolherá alguém para as secretariar. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto.

Parágrafo Nono - As deliberações serão tomadas, sempre, pela maioria dos Conselheiros presentes. Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Parágrafo Décimo - O membro suplente não assumirá automaticamente o cargo em caso de vacância do titular. No caso de vacância de membro titular do Conselho de Administração, ainda que haja o respectivo suplente, o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes para servir: (i) se for o suplente, até o fim do seu respectivo mandato; (ii) se não for o suplente, até a primeira Assembleia Geral que se seguir. O disposto no Parágrafo Segundo deste Artigo será respeitado em qualquer hipótese. No caso de vacância de membro suplente do Conselho de Administração, ainda que haja o respectivo titular, o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros, para servir até a primeira Assembleia Geral que se seguir.

Parágrafo Décimo Primeiro - Das reuniões do Conselho de Administração, serão lavradas atas, em livro próprio, assinadas por todos os presentes.

Parágrafo Décimo Segundo - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pela maioria de votos dos conselheiros presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros ou após a renúncia ou vacância de tais cargos, conforme for o caso.

Parágrafo Décimo Terceiro - Compete ao Presidente do Conselho de Administração-e, nas suas ausências, ou nos casos de impedimentos ou vacância, ao Vice-Presidente: (a) representar o Conselho de Administração; (b) instalar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração; e (c) proferir, além do voto próprio, o de qualidade, nos casos de empate.

Parágrafo Décimo Quarto - Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, os conselheiros presentes escolherão dentre eles o que presidirá a reunião de Conselho de Administração.

Parágrafo Décimo Quinto - Qualquer membro do Conselho de Administração poderá se fazer representar por escrito, na ausência de seu suplente, por outro conselheiro por ele nomeado para representá-lo na respectiva reunião do Conselho de Administração, hipótese em que caberá ao indicado, além de seu voto próprio, proferir a manifestação de voto do conselheiro ausente.

Artigo 13 - Compete ao Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, estabelecendo seus objetivos estratégicos e os das suas controladas e orientar a Diretoria quanto à formulação de objetivos de médio e longo prazos;
- (b) aprovar os planos apresentados e os investimentos necessários à sua execução;
- (c) aprovar os orçamentos anuais de investimento e das operações;
- (d) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes suas atribuições, que podem ser alteradas, livremente, pelo Conselho de Administração, observando o que, a respeito, dispuser o Estatuto Social;
- (e) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração ou quaisquer outros atos;
- (f) convocar a Assembleia quando julgar conveniente e, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, a Assembleia Geral Ordinária;
- (g) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e sobre as Contas da Diretoria;
- (h) escolher ou destituir auditores independentes e convocar os auditores independentes para prestar esclarecimentos que entender necessários sobre a Companhia;
- (i) deliberar, condicionando a eficácia da decisão à aprovação da Assembleia Geral, sobre o pagamento de dividendos com base em balanço anual ou intermediário;
- (j) aumentar o capital social, mediante emissão de ações ou de bônus de subscrição, até o limite do Artigo 5º, Parágrafo Quarto deste Estatuto Social, estabelecendo as condições da emissão e colocação dos referidos títulos;
- (k) decidir sobre aquisição de participação em outras empresas, como acionistas ou quotistas, grupos de sociedades e consórcios de qualquer natureza, e, bem assim, a alienação total ou parcial dessas participações;
- (l) deliberar sobre a constituição, extinção, fusão, incorporação ou cisão de sociedades controladas e alteração nos seus contratos sociais ou estatutos;
- (m) autorizar a celebração de contratos de qualquer espécie, inclusive contratos entre a Companhia e seus clientes, fornecedores e prestadores de serviços, bem como a aquisição e alienação de bens imóveis integrantes do ativo permanente, a contratação de empréstimos e a prestação de garantias e ônus reais, quando o valor respectivo ultrapassar montante que o Conselho de Administração previamente definir;
- (n) autorizar o pagamento de juros sobre capital próprio;
- (o) autorizar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- (p) autorizar a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", e outros, de uso comum no mercado de capitais, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate;



- (q)** autorizar a celebração ou modificação de quaisquer transações com partes relacionadas, verbais ou escritas, pela Companhia, levando-se em consideração as instruções da Comissão de Valores Mobiliários e legislação em vigor, conforme alterados, quando o respectivo valor ultrapassar montante que o Conselho de Administração previamente definir
- (r)** autorizar a abertura e encerramento de filiais, escritórios e de quaisquer outras dependências ou estabelecimentos em qualquer ponto do território nacional ou do exterior, bem como a nomeação de representantes no exterior;
- (s)** determinar que a Diretoria da Companhia requeira a realização de inspeção, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Sociedade;
- (t)** deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação.
- (u)** elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

### Seção III Diretoria

Artigo 14 - A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, é composta de 2 (dois) a 9 (nove) membros, residentes e domiciliados no País, acionistas ou não, com mandato coincidente com o dos membros do Conselho de Administração, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores substituir-se-ão entre si, conforme determinação do Diretor Presidente, no caso de ausência temporária.

Parágrafo Segundo - Os Diretores da Companhia poderão exercer suas funções, cumulativamente ou não, com o exercício de cargos de alta administração em empresas controladas e coligadas da Companhia.

Artigo 15 - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente uma vez por mês ou quando convocada pelo Diretor Presidente, e as deliberações deste órgão serão tomadas por maioria dos presentes, do que serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os presentes.

Artigo 16 - A Diretoria tem as atribuições e poderes que lhe forem outorgados por lei e pelo presente Estatuto Social para assegurar a execução fiel e eficiente dos fins da Companhia.

Artigo 17 - Além das atribuições que lhe são estabelecidas por este Estatuto Social, compete especialmente à Diretoria:

- (a)** representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- (b)** contrair obrigações de um modo geral, celebrar contratos de qualquer espécie, inclusive contratos entre a Companhia e seus clientes, fornecedores e prestadores de serviços, decidir sobre demandas, transações e acordos, contrair empréstimos de qualquer natureza, bem como prestar garantias, tais como, avais e fianças e constituir ônus reais no interesse da própria Companhia ou das suas empresas controladas e coligadas, observando o Artigo 13, "n", do presente Estatuto Social;
- (c)** adquirir, alienar, permutar, prometer vender ou comprar, ou, por qualquer forma, onerar, direitos ou bens, móveis e imóveis, observando o disposto no Artigo 13, "n" acima, transmitindo ou recebendo a posse, domínio, direitos e ações e responder por evicção;
- (d)** contratar profissionais habilitados que exerçam, com autonomia, as funções técnicas atinentes às atividades da Companhia;
- (e)** constituir procuradores para quaisquer fins e destituí-los;

- (f) elaborar Relatório Anual a ser submetido à Assembleia Geral, após prévia aprovação pelo Conselho de Administração;
- (g) observar e fazer cumprir as próprias deliberações, bem como as do Conselho de Administração e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - A Companhia será validamente representada em todo e qualquer documento que implique em responsabilidade, inclusive abertura e movimentação de contas bancárias, (a) por dois Diretores, (b) por um Diretor e um procurador que tenha poderes expressos e específicos para tanto ou (c) por dois procuradores constituídos na forma do parágrafo segundo deste artigo.

Parágrafo Segundo - Todos os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão assinados necessariamente por dois diretores e, exceto os restritos à cláusula ad judicium, para o foro em geral, serão por tempo determinado, que não poderá exceder a um ano, e os respectivos instrumentos consignarão, sempre, os limites de atuação e representação dos procuradores.

Parágrafo Terceiro - Não produzirão efeitos em relação à Companhia os atos praticados em conjunto ou isoladamente por quaisquer diretores ou procuradores que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros que não sociedades controladas.

Artigo 18 - Além de outras atribuições previstas neste Estatuto Social, compete especificamente ao Diretor Presidente presidir as reuniões de Diretoria, quando a elas presente, determinar as políticas da Companhia, em consonância com as determinações do Conselho de Administração, orientar os demais Diretores na condução dos negócios sociais e dinamizar a administração da Companhia, promovendo o desenvolvimento de suas atividades e coordenando as atividades dos seus Diretores, e, bem assim, representar a Companhia perante suas Controladas, inclusive no que tange à eleição de seus administradores.

#### Capítulo IV Conselho Fiscal

Artigo 19 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, que funcionará em caráter permanente, na forma da lei.

Artigo 20 - O Conselho Fiscal será composto de até cinco membros, efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral, que fixará a respectiva remuneração, encerrando-se, sempre, os mandatos na Assembleia Geral Ordinária seguinte à posse, podendo haver reeleição.

Parágrafo Primeiro – A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 29 deste Estatuto Social

Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal tem as atribuições, deveres e obrigações previstos na Lei nº 6.404/76.

#### Capítulo V Assembleia Geral

Artigo 21 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no curso dos quatro meses imediatamente subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - Somente serão admitidos nas Assembleias Gerais os acionistas que satisfizerem as condições de qualificação e representação exigidas pela Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Segundo - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência destes, por quaisquer dos demais conselheiros, e será designado, dentre os presentes aos trabalhos, um secretário para a sessão.

Parágrafo Terceiro - É permitida a representação na Assembleia Geral de acionistas por procuradores, na forma da lei, com o respectivo instrumento de mandato arquivado na sede social da Companhia.

Parágrafo Quarto - Além das matérias que são de sua competência, previstas em lei e no presente Estatuto Social, competirá também à Assembleia Geral aprovar:

- (a)** o cancelamento do registro de Companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários; e,
- (b)** a saída da Companhia do Novo Mercado.

Artigo 22 - Ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, as deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

## Capítulo VI Exercício Social e Demonstrações Financeiras

Artigo 23 - O exercício social coincide com o ano civil.

Artigo 24 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, obedecendo às disposições legais aplicáveis e ao Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único - A critério do Conselho de Administração, poderão ser levantados, obedecendo às disposições legais aplicáveis e ao Regulamento do Novo Mercado, balanços trimestrais ou semestrais, dentro do exercício social, e distribuídos aos acionistas dividendos e bonificações respectivas.

Artigo 25 - A Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, o qual, por proposta da administração, poderá ser total ou parcialmente atribuído como: (i) dividendo suplementar aos acionistas; (ii) parcela de 10% (dez por cento) destinada à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais e reforço de capital de giro, que, quando existente, terá seu saldo limitado a 30% (trinta por cento) do valor do capital social; e (iii) saldo que se transfere para o exercício seguinte como retenção de lucros, quando devidamente justificado pelos administradores, para financiar plano de investimento previsto em orçamento de capital.

Artigo 26 - A Companhia pagará a seus acionistas, respeitados os impedimentos legais, dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual do exercício, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Único - O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Artigo 27 - Os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral.

## Capítulo VII Da Alienação de Controle

Artigo 28 - A alienação, direta ou indireta, de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

#### Capítulo X Do Juízo Arbitral

Artigo 29 - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº. 6.385/76, na Lei nº . 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

#### Capítulo XI Da Liquidação, Dissolução e Extinção

Artigo 30 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral deliberar sobre seu processamento, elegendo os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, se for requerido, que funcionará durante a liquidação, fixando-lhes as respectivas remunerações.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração nomeará o liquidante e a assembleia geral determinará o modo de liquidação e elegerá o conselho fiscal.

#### Capítulo XII Disposições Finais

Artigo 31- A Companhia poderá emitir debêntures, na forma da lei.

Artigo 32 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº. 6.404/76 e o Regulamento do Novo Mercado.

\*\*\*\*\*

**ANEXO V**

**Pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria**

**PARANAPANEMA S.A.**

**CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79**

**NIRE 29.300.030.155**

**COMPANHIA ABERTA**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Paranapanema S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados e tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras acima referidas, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Santo André, 13 de fevereiro de 2019.

Williams Francisco da Silva  
Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

**PARANAPANEMA S.A.**  
**CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79**  
**NIRE 29.300.030.155**

**COMPANHIA ABERTA**

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria da Paranapanema S.A. (“Companhia”), órgão assessor não estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e relatórios financeiros da Companhia, em especial às demonstrações financeiras do exercício de 2018, acompanhamento da efetividade da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e da auditoria interna, durante o exercício referido, considerando o disposto no artigo 9º, § 1º, III, da Instrução CVM nº 481/2009, emite o seguinte parecer:

Considerando os trabalhos conduzidos pelo Comitê de Auditoria para o exercício de 2018, as reuniões realizadas com a presença de diversos membros da Diretoria Executiva, auditoria interna e auditores independentes, tudo consubstanciado no exame de documentos e nas respectivas atas produzidas, os quais ficam arquivados na sede da Companhia, além da análise das informações divulgadas ao Conselho de Administração e aos acionistas, bem como no exame do Relatório de Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, suportado pelo relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e a publicação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2018.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2019.

Paulo José Galli

Jerônimo Antunes

Luciana Gavazzi Barragan Rodrigues

José Eduardo Lamaneres Wendler

**ANEXO VI**

**MODELO DE PROCURAÇÃO**

**PROCURAÇÃO**

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] ("**Outorgante**"), nomeia e constitui como seu procurador [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], com RG nº [•], inscrito no CPF/MF sob o nº [•], residente e domiciliado na cidade de [•], Estado de [•], na Rua [•], [NÚMERO], para **individualmente** representar o Outorgante, na qualidade de acionista da **PARANAPANEMA S.A.**, ("**Companhia**"), nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, a serem realizadas no dia 29 de março de 2019, às 13 horas, na sede social da Companhia localizada na Via do Cobre nº 3.700, Área Industrial Oeste, na cidade de Dias D'Ávila, Estado da Bahia ("**AGOE**"), podendo examinar, discutir e votar em nome do Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca da seguinte matéria constante da Ordem do Dia:

**ORDEM DO DIA, EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:**

**(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.**

A favor ( )	Contra ( )	Abstenção ( )
Justificativa de voto:		

**(ii) Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros.**

- Definição do número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia:

3 (três) membros ( )	4 (quatro) membros ( )	5 (cinco) membros ( )	Abstenção ( )
----------------------	------------------------	-----------------------	---------------

Justificativa de voto:

- Eleição dos membros do Conselho Fiscal:

**(As três colunas abaixo devem ser preenchidas. Caso as colunas não sejam preenchidas de forma que não seja possível computar os votos aos candidatos por falta de informação ou caso a informação não esteja clara, os votos correspondentes não serão computados)**

Se o Conselho Fiscal for formado por 3 (três) membros, marcar com um "x" até em 3 membros abaixo:	Se o Conselho Fiscal for formado por 4 (quatro) membros, marcar com um "x" em até 4 membros abaixo:	Se o Conselho Fiscal for formado por 5 (cinco) membros, marcar com um "x" em até 5 membros abaixo:
<b>1. ( ) Titular:</b> Haroldo do Rosário Vieira <b>Suplente:</b> Carlos Emílio Flesch	<b>1. ( ) Titular:</b> Haroldo do Rosário Vieira <b>Suplente:</b> Carlos Emílio Flesch	<b>1. ( ) Titular:</b> Haroldo do Rosário Vieira <b>Suplente:</b> Carlos Emílio Flesch
<b>2. ( ) Titular:</b> Marcelo Adilson Tavarone Torresi <b>Suplente:</b> Marcos Reinaldo Severino Peters	<b>2. ( ) Titular:</b> Marcelo Adilson Tavarone Torresi <b>Suplente:</b> Marcos Reinaldo Severino Peters	<b>2. ( ) Titular:</b> Marcelo Adilson Tavarone Torresi <b>Suplente:</b> Marcos Reinaldo Severino Peters

3. ( ) Titular: Alexandre Xavier Ywata de Carvalho Suplente: Marcos Brasiliano Rosa	3. ( ) Titular: Alexandre Xavier Ywata de Carvalho Suplente: Marcos Brasiliano Rosa	3. ( ) Titular: Alexandre Xavier Ywata de Carvalho Suplente: Marcos Brasiliano Rosa
4. ( ) Titular: Suplente:	4. ( ) Titular: Suplente:	4. ( ) Titular: Suplente:
5. ( ) Titular: Suplente:	5. ( ) Titular: Suplente:	5. ( ) Titular: Suplente:
<b>Abstenção ( )</b>		
Justificativa de voto:		
<b>(iii) Fixar a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2019.</b>		
A favor ( )	Contra ( )	Abstenção ( )
Justificativa de voto:		
<b>ORDEM DO DIA, EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:</b>		
<b>(i) Deliberar sobre a ratificação da nomeação dos membros do Conselho de Administração nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia, em atenção ao disposto no Artigo 12, §10º do Estatuto Social da Companhia.</b>		
Titular: Luiz Tarquínio Sardinha Ferro	Titular: Marc Bedard(*)	
A favor ( ) Contra ( ) Abstenção ( )	A favor ( ) Contra ( ) Abstenção ( )	
(*) Com dispensa específica do requisito previsto no §3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações		
Justificativa de voto:		
<b>(ii) Deliberar sobre a eleição de membros suplentes para o Conselho de Administração para recompor os cargos.</b>		
Suplente: Maria Aparecida Metanias Hallack Titular: Luiz Tarquínio Sardinha Ferro	Suplente: Titular: José Eduardo Lamaneres Wendler	Suplente: Felipe Fidalgo Espasandin (*) Titular: Marc Bedard
A favor ( ) Contra ( ) Abstenção ( )	A favor ( ) Contra ( ) Abstenção ( )	A favor ( ) Contra ( ) Abstenção ( )
(*) Com dispensa específica do requisito previsto no §3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações		
Justificativa de voto:		
<b>(iii) Deliberar sobre a proposta de grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, e autorizar os Administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à operacionalização e efetivação do grupamento das ações de emissão da Companhia, bem como a respectiva alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.</b>		
A favor ( )	Contra ( )	Abstenção ( )



Justificativa de voto:		
<b>(iv) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital autorizado da Companhia, bem como a respectiva alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.</b>		
A favor ( )	Contra ( )	Abstenção ( )
Justificativa de voto:		
<b>(v) Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 22/03/2018, bem como sua consolidação.</b>		
A favor ( )	Contra ( )	Abstenção ( )
Justificativa de voto:		
<b>(vi) Deliberar sobre a proposta de alteração do artigo 12, parágrafo 10 do Estatuto Social da Companhia, o qual versa sobre a eleição de membro do Conselho de Administração para cargo vago, bem como sua consolidação.</b>		
A favor ( )	Contra ( )	Abstenção ( )
Justificativa de voto:		
[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de 2019.		
<hr/> [ACIONISTA]		